

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ESCOLA E BAIRRO:
Espaço e Relações de Convivências
Uberlândia (1996-2002).

ESCOLA E BAIRRO:
Espaço e Relações de Convivências
Uberlândia (1996-2002).

EDNA ALVES PEREIRA

Uberlândia, julho de 2003.

2190

319
10

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Sítio Mônica - Bloco 10 (Antigo Minas)
Av. Universitária S/Nº
Fone 38400-812 - Uberlândia - U.F.U. - Minas

EDNA ALVES PEREIRA

ESCOLA E BAIRRO:
Espaço e Relações de Convivências
Uberlândia (1996-2002).

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof^o Ms. Sérgio Paulo Moraes.

Uberlândia, julho de 2003.

EDNA ALVES PEREIRA

**ESCOLA E BAIRRO:
Espaço e Relações de Convivências
Uberlândia (1996-2002).**

BANCA EXAMINADORA

Profº Ms. Sérgio Paulo Morais – Orientador

Profº Dr. Paulo Roberto de Almeida

Profª Ms. Fabíola Carneiro Mattos

BAIRRO X M. JARDIM

PEREIRA, Edna Alves, (1974)

ESCOLA E BAIRRO : Espaço e relações de convivências - Uberlândia (1996-2002).

Edna Alves Pereira – Uberlândia, 2003.

85 fl

Orientador (a): Sérgio Paulo Morais.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras chave: Educação pública, Uberlândia, vivências e cotidiano.

Com admiração e carinho.

Aos meus pais Otacílio e Alvina, por
tudo que me proporcionaram nesse
caminhar.

Ao Marcos Henrique, companheiro de todas as horas e aos meus filhos Bruno e Marcos Vinícius, na esperança de que possam viver em um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Hoje encerro mais uma etapa importante da minha vida, entre muitos tropeços, angústias e incertezas. Construí muitas amizades, fortaleci laços de solidariedade e até criei estratégias e táticas para cumprir o prazo estabelecido e ter tempo para garantir a sobrevivência.

Primeiramente, agradeço a Deus, pela chance de viver esse momento que, com certeza é fundamental para minha vida. Sem ele não seria possível concluir este trabalho.

Aos meus pais, Otacílio e Alvina, por terem me proporcionado a construção de tudo que sou.

Aos meus irmãos, Ananias, Jurandir e Júlio por tudo o que significam para mim.

Ao meu marido, Marcos Henrique, que soube respeitar meus sonhos, sendo meu porto seguro, companheiro nesta trajetória.

Aos meus filhos, Bruno e Marcos Vinícius, minha fonte de inspiração e força para a vida.

Aos meus professores orientadores Paulo de Almeida e Sérgio Paulo, pelo profissionalismo impecável, pela paciência, apontando novos caminhos a serem seguidos e por terem conseguido lidar com minhas dificuldades e deficiências, contratempos e angústias. Ajudaram-me a entender um pouco mais o que é ser um historiador.

A toda minha família, que torceram por mim.

A Elisângela a quem posso chamar de amiga, pela amizade e força a qual foi imprescindível nesse caminhar.

As minhas amigas, Carla, Cida, Elaine, Floriana, Giovana, Harley, Hérica, Jacqueline Aparecida, Jacqueline Mendonça, Luciana, Maria, Maria Cláudia, Nadir, Yvany, pela ajuda indispensável que me trouxeram.

A minha amiga Zezinha, pelo apoio e colaboração na revisão deste trabalho.

A banca examinadora, por aceitar contribuir com meu trabalho. A todos os entrevistados, Amanda, Célia, Clebson, Cida, Dirce, Divina, Elza, Francisco, Heloisa Cardoso, Heloisa Silveira, Hérica, João Batista, Joelsen, Jorge, Kátia, Laíde, Leila, Lia, Lidonia, Lourdinha Luci, Luciana, Marcos, Marlice, Neusa, Noêmia, Pablo Patrícia, Rosania, Rose Mary, Toninha, Valéria, Verinha, Wanderley e aqueles que se propuseram ser entrevistados, porém devido aos imprevistos não foi possível realizá-las, pela colaboração e parceria neste trabalho.

Aqueles que em uma conversa rápida, estavam na torcida por este trabalho, que se sintam contemplados, assim como eu me sinto.

RESUMO

Nesta pesquisa, busco compreender como se dá as convivências no espaço escolar, bem como entre este e a comunidade local, durante o período de 1996 a 2002, no município de Uberlândia/MG.

Ademais, analiso também a política municipal de ensino na Escola Municipal Professor Leôncio do Carmo Chaves, localizada no bairro Planalto. Busca-se para tanto, um diálogo entre as fontes escritas e orais. Na perspectiva de compreender como as pessoas envolvidas nesse processo estão sentindo e reelaborando o discurso oficial da implementação do Programa Escola Cidadã.

Nesse sentido, foi imprescindível discutir os conflitos e tensões que se estabeleceram nesse ambiente. A partir deste tornou-se fundamental problematizar o viver na cidade e no bairro Planalto, onde se situa a Escola Municipal Professor Leôncio do Carmo Chaves. Analisando as vivências, incorporações, lutas, valores e experiências que se formulam na vida dos sujeitos. A partir daí, foi possível descortinar tramas da disputa social.

Fontes

Bibliografia

Anexo I

Anexo II

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I	19
Uberlândia e a Política Municipal de Ensino.	
1.1 A cidade: Experiências e Contradições.	
1.2 Escola Cidadã: entre a teoria e a prática.	
Capítulo II	38
A Escola: espaço de convivências e antagonismos.	
Capítulo III	61
Educação e Neoliberalismo: influências sobre o ensino e o social.	
Considerações Finais	72
Fontes	76
Bibliografia	80
Anexo I	83
Anexo II	85

INTRODUÇÃO

*a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.*¹

Khoury

Ao escrever este trabalho tentei recuperar as convivências que se dão na Escola Municipal Professor Leôncio do Carmo Chaves, bem como entre esta e a comunidade local, buscando compreender como ocorrem as transformações, interferências, tensões, conflitos e lutas. Ademais, busco também compreender com as pessoas estão sentindo e reelaborando a política municipal de ensino com a implementação do Projeto Escola Cidadã.

O nome da referida escola deu-se em homenagem ao Leôncio do Carmo Chaves, o qual foi fundador do Externato Carvalho de Brito, onde exerceu o magistério por três anos, sendo um dos pioneiros da educação do município de Uberlândia. Foi também professor e tesoureiro da Caixa Escolar do Grupo Bueno Brandão.

Além do magistério exerceu ainda os seguintes cargos: procurador da câmara municipal; delegado de polícia; juiz de paz; vereador e vice-presidente da câmara municipal; sócio-fundador e procurador da Santa Casa de Misericórdia e outras atividades no ramo empresarial.²

A citada escola está localizada à rua do engenheiro, 416 no bairro planalto, oferece o ensino básico (1ª a 8ª série), a qual foi criada pelo decreto municipal lei nº 5430 de 16 de dezembro de 1991, com capacidades para atender 1.800 alunos, distribuídos em 18 salas de aulas existentes nos turnos: manhã, tarde e noite.³ Ademais possui em torno de 175 funcionários.⁴

¹ KHOURY, Y.A. Narrativas Orais na Investigação da História Social. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n.22, jun. 2001. p. 80.

² Equipe Escolar, Conselho Escolar (org.). **Regimento Escolar**, Escola Municipal Professor Leôncio do Carmo Chaves. Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Uberlândia. (40ª superintendência Regional de Ensino). p.01

³ Idem, p.01

⁴ Informação cedida pela secretária escolar Nadir Batista Gomes, no dia 06 de julho de 2003.

Nesta perspectiva, este é um espaço onde as pessoas trocam experiências e acima de tudo buscam a sobrevivência. Neste trabalho busquei ainda a cidade como pano de fundo para transitar nos demais espaços, buscando os hábitos e experiências da população pobre uberlandense, assim como para desvendar, descortinar os projetos do município que estavam em jogo.

As fontes orais tornaram-se pertinentes para redimensionar o objeto e os sujeitos em estudo.

Nesse sentido, dialogar com a comunidade local e com os profissionais que atuam nessa instituição de ensino, bem como com os estudantes da referida escola do município de Uberlândia nos permitiu pensar a cultura dessa gente, que valores estavam enraizados a seus viveres e o quanto suas trajetórias de vida influenciaram nos caminhos sucessivos e nas estratégias de sobrevivência criadas. Daí que, este trabalho deu-se em função da diversidade de experiências dos sujeitos, os quais possibilitaram a construção de um olhar entre os vários olhares possíveis.

Sendo assim, a análise das múltiplas trajetórias desses sujeitos, auxiliou-nos na compreensão de que a diversidade de vivências no espaço escolar faz com que haja embates, uma vez que estão lutando no cotidiano em prol da sobrevivência. Desse modo, fui delineando os vários motivos que fazem com que a escola seja um espaço de lutas, de conflitos, de desejos, de angústias, mas também de companheirismo de solidariedade.

Entretanto, entender as relações que há entre a escola e a comunidade local perpassa por conhecer as expectativas dos múltiplos sujeitos e as estratégias de sobrevivência que criaram a partir de então, visto que há necessidades, as quais devem ser supridas. Porém, mesmo sem muito auxílio, as pessoas tentam conquistar seus próprios espaços nas relações estabelecidas.

Assim, à medida que o objeto de pesquisa foi sendo definido, várias questões foram suscitadas. Será como que se dão as convivências naquele meio? Como os trabalhadores percebem esse espaço escolar? Quais são as expectativas tanto dos pais quanto dos alunos em relação à educação? Como os alunos reelaboram o que lhes são impostos na sala de aula? As expectativas das pessoas em relação a educação pública poderiam ser

satisfeitas de alguma maneira? O que os órgãos competentes estão colocando enquanto modelo de educação? Com quais objetivos? De que forma esse projeto de educação está sendo absorvido e reelaborado pelos sujeitos?

Tais questionamentos foram surgindo e, com o avançar da pesquisa outras indagações e inquietações também vieram à tona. Isto favoreceu o meu amadurecimento, uma vez que refletir sobre o viver humano é uma experiência por demais gratificante, pois cada ser possui sua individualidade e especificidade.

Nessa trajetória me propus percorrer o espaço da cidade, do bairro e da escola, vislumbrando um universo de disputas e táticas tanto dos moradores, alunos e professores quanto por parte dos governantes. Nesse sentido, tornou-se imprescindível interpretar as convivências e os modos de vida das pessoas. Buscando os anseios, as expectativas, os sonhos, a esperança desses sujeitos em busca de um viver melhor.

Assim, a cidade reflete os contrastes, a heterogeneidade nos espaços, os quais vão sendo recriados pelos indivíduos, estabelece-se assim, padrões de vida. Isto faz com que a população pobre se instale de acordo com as possibilidades que sua renda lhes permitem.

Desse modo, foi imprescindível o diálogo entre aqueles que necessitam dos serviços públicos, e o poder público. Este tenta através de discursos dar um tom de suavidade em suas ações, na tentativa de legitimar-se.

As artimanhas dos dirigentes, da elite local reforçam a intenção de que a vida na cidade, bem como a política de ensino uberlandense é privilegiada. Isto é reforçado pelos meios de comunicação, sobretudo pela imprensa local. Só que o que se observa na cidade, principalmente nos bairros mais afastados do centro é a miséria e a precariedade de vida, onde a falta de vagas e de condições decentes para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem se faz presente no cotidiano das pessoas.

Os pobres, geralmente enfrentam a falta de quase tudo e um dos fatores agravantes dessa realidade pode ser a falta de um emprego digno, pois uma significativa parcela convive com o desemprego, subemprego, com uma vida cara, onde os bicos e os trabalhos temporários não conseguem suprir suas necessidades.

São os filhos dessas pessoas que vivem nas escolas públicas. Tais escolas não lhes oferecem as devidas condições para competirem no mercado, uma vez que os entraves são inúmeros.

Porém, mesmo com tantas dificuldades, há esperança. Tanto por parte dos trabalhadores quanto dos seus filhos, na expectativa que através do estudo possam conquistar um trabalho, diferente do trabalho dos pais, que lhes dêem condições de sobreviverem com dignidade. Assim, a escola representa para estes a expectativa de um futuro melhor.

Nesse caminhar, as fontes orais foram de suma importância, uma vez que esta nos permite construir uma história, onde as pessoas podem expressar seus sonhos, seu cotidiano, suas representações e contradições, enfim seus modos de vida.

Sendo assim, através das narrativas dos entrevistados, busquei apreender os anseios, os desejos, as angústias e os sonhos desses sujeitos. Porém, foi necessário um diálogo constante entre a teoria e a prática. Ademais, o entrevistado/pesquisador deve estar aberto ao diálogo, a fim de rever seus pressupostos, caso a realidade se imponha de forma diferente, uma vez que a realidade social é multifacetada, portanto, dinâmica.

As afirmações de Alistair Thomson, merecem consideração, pois nos auxiliam nestas questões:

(...) contudo, minhas entrevistas com veteranos de guerra australianos criaram dilemas éticos para mim enquanto historiador oral. Mesmo com cuidado e sensibilidade e segundo a regra básica que diz que o bem-estar do entrevistado vem antes dos interesses da pesquisa, as entrevistas que exploram a natureza dos processos de recordação ultrapassa os limites da relação estabelecida pela história oral. A entrevista toca as memórias reprimidas e que as vezes, se aproxima de uma relação terapêutica pode ser interessante ao entrevistador mas prejudicial ao entrevistado. Questões que fazem lembrar desigualdades, humilhação ou medo podem trazer lembranças traumáticas e dolorosas. Às vezes eu tinha que interromper uma sequência de questões durante a entrevista, ou me pediam para interromper, porque aquilo estava sendo muito doloroso. Ao contrário do terapeuta, eu, enquanto historiador oral, não estava lá para juntar os pedaços das memórias que não mais estavam mantidas em segurança.⁵

⁵ THOMSON, Alistair. "Desconstruindo a Memória". Questões sobre as Relações da História Oral e da Recordação". In: **Trabalho para a Conferência Brasileira de História Oral, "História Oral e Ética"**. Outubro de 1995. p.21-22.

Esta questão é pertinente, pois demonstra algumas dificuldades com as quais o historiador deve saber lidar, uma vez que nos propomos a utilizá-la enquanto metodologia de pesquisa. Daí, que precisamos estar preparados para os empecilhos que podem estar presentes durante a trajetória, pois lidamos com a experiência humana.

É preciso levar em consideração que há limites colocados pela história oral. Já que o relato de uma determinada experiência é algo extremamente subjetivo, uma vez que se recorda apenas aquilo que nos é significativo de alguma maneira, seja positiva ou negativa.

Por outro lado, segundo Raphael Samuel a evidência oral torna possível escapar de algumas falhas existentes nos documentos, já que há informações que são gravadas apenas na memória das pessoas. Desse modo, não são obtidas em nenhum outro lugar. Enquanto, que os documentos não podem responder, nem mesmo depois de serem investigados, porque segundo este mesmo autor a evidência oral é infundável e somente limitada pelo número de sobreviventes ou pela ingenuidade das perguntas do historiador. Sobre a questão das fontes orais as proposições de Raphael Samuel merecem consideração:

A evidência oral é importante não apenas como fonte de informação, mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) o tecido ressecado que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos.⁶

Com isso, essa metodologia está sendo utilizada por diversos historiadores. Isto porque, estes percebem que é no espaço do cotidiano que os indivíduos revelam seus hábitos, costumes, experiência de vida, perspectivas e visões pessoais sobre o meio social em que estão inseridos.

Nesse sentido, tanto a história oral, quanto a memória possibilitam um campo vasto de possibilidades, uma vez que cada pessoa reelabora suas vivências e experiências de várias formas e agem conforme sua percepção do

⁶ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História. História em Quadro-Negro: Escola, Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, n.19, 1990, p. 237.

real. Assim sendo, podemos recorrer as colocações de Portelli, uma vez que sua contribuição é bastante significativa nessa reflexão.

*A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas.*⁷

Dessa forma, a evidência oral pode ser crucial para a compreensão da realidade, uma vez que traz grande contribuição para a reflexão histórica, pois proporciona a investigação do diverso, das experiências da vida, dos sentimentos criados, pois como sugere Portelli cada entrevista é fundamental por ser única.

Também se deve levar em consideração que há reelaborações por parte dos entrevistados, sendo assim, é preciso estar atentos para entendê-las e não somente considerá-las como uma documentação em que se conta fatos, uma vez que segundo Portelli “as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.⁸ Pode-se dizer que a fonte oral nos instiga a lidar com o humano, o sensível mostrando assim que possui uma lógica. Neste sentido, as colocações de Thompson sobre o que vem a ser lógica histórica nos auxiliam nesta compreensão:

*Por lógica histórica, entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc, e eliminar procedimentos auto confirmadores (...). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica de outro.*⁹

⁷ PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996. p. 72.

⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**, São Paulo: EDUC, n.14, fev. 1997. p.31.

⁹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 49.

Neste trabalho durante a pesquisa, tentei não utilizar métodos fechados, mas sim, adequá-los aos materiais históricos a serem analisados.

Contudo, as fontes orais nos permitem analisar os sentidos, bem como os significados da memória. Compreendo esta como sendo a forma como as pessoas interiorizam o passado, associada à forma como se revista isso no momento da entrevista. Ademais, é preciso pensar que a memória é extremamente fragmentada, desconexa e plural, pois os acontecimentos na vida não ocorrem de forma lógica. Mas, no momento em que se lembra deles, reelaboramos e lhes damos um sentido.

Assim, trabalhar com fontes orais, talvez incorre em termos algumas lacunas e silêncios no resultado final da pesquisa. Por outro lado, sabemos que a investigação histórica implica em optarmos por algumas coisas e excluirmos outras, visto que não é possível abarcarmos a totalidade. Mas sim, buscar investigar, reconstituir e problematizar as experiências dos sujeitos, em inúmeros aspectos. Apesar, de alguns serem aprofundados em detrimento de outros, devido sua relevância para a problemática em questão.

Nesse sentido, tentei utilizar um constante diálogo entre as fontes escritas e as fontes orais, privilegiando mais as pessoas do que os conceitos prontos e acabados, uma vez que estes podem ser construídos no decorrer da própria pesquisa. Além do mais, uma parcela significativa de minhas inquietações estavam diretamente relacionadas à vivência dos pais, alunos, professores, corpo administrativo e comunidade local.

Penso que, somente através da fala desses sujeitos, posso apreender suas experiências, enquanto ser humano. Vislumbrando assim, suas motivações, anseios e angústias.

Na tentativa de realizar esta pesquisa foram realizadas cerca de 34 entrevistas ao longo do período de investigação. A saber foram: 21 com os profissionais, 6 com alunos e 7 com pais de alunos da referida escola. Porém é preciso ressaltar que optei por não revelar os verdadeiros nomes dos depoentes, uma vez que uma significativa parcela dos entrevistados são meus colegas de trabalho, pois exerço minha atual atividade profissional a cinco anos na escola em apreço.

Assim, utilizei somente pseudônimos neste trabalho, devido o teor que se encontra nas fitas, a qual contém conflitos individuais, apesar de que esses

conflitos pessoais não foram revelados neste trabalho. Mas assumi um compromisso de não revelar seus verdadeiros nomes nesta pesquisa. Nesse sentido, acredito no compromisso ético do entrevistador/pesquisador. Acredito, portanto, que esta opção não invalida este trabalho.

Quanto ao marco cronológico estabelecido nessa pesquisa, foi definido entre os anos de 1996 e 2002, pois foi no ano de 1996 que houve a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).¹⁰ Esta trouxe uma maior flexibilização em relação às políticas educacionais, permitindo em algumas questões uma abertura, para que haja mudanças no ensino. Nesse sentido, acredito que esta propiciou, bem como propicia diversas reflexões relevantes a questão do ensino no município de Uberlândia e no Brasil, uma vez que estas políticas são fundamentais para a implementação das políticas educacionais dos dirigentes locais.

Nessa trajetória, também utilizei algumas matérias jornalísticas advindas da Revista Veja e do Jornal Correio de Uberlândia, Este é de circulação regional, enquanto que aquele é de circulação nacional. Apesar destes terem um compromisso com o leitor, observa-se que antes disso, existem outras questões, uma vez que esta é uma empresa e como toda empresa visa lucros, benefícios e sua manutenção no mercado.

Também para a obtenção desta monografia, outras fontes foram vitais durante o processo, a saber: a pesquisa¹¹ realizada no início de 2001 pela Universidade Federal de Uberlândia, onde pude perceber como a administração pública municipal percebe os moradores da cidade, através das temáticas priorizadas neste trabalho, como a pobreza, saúde, migração, moradia, educação, trabalho, renda familiar. Neste sentido, a pesquisa¹² realizada pelos alunos da referida escola conjuntamente com o seu respectivo professor de geografia no ano de 2001 e financiada pela Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia também foi bastante relevante. Esta foi

¹⁰ BRASIL, Lei de nº 9394 de 1996 que traça diretrizes e bases para o sistema de ensino nacional. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF: Editora do Brasil S/A.

¹¹ LEME, H. J. DE C. ; NEDER, H. D. (coord.) **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia: UFU, novembro 2001**, (mimeo). P. 24-49. (pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia).

¹² LOPES, Wanderley David. (org.). In: **Anais do Projeto Ciência Cidadã**. Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Uberlândia. 2001.

realizada por amostragem e tinha como objetivo analisar o problema da segurança pública no bairro Planalto.

Os dados desta pesquisa referente à renda familiar, nível de escolaridade e o índice de desemprego dos moradores desse bairro, propiciaram algumas reflexões. As quais se deram através do diálogo entre esta e as experiências das pessoas, possibilitando assim, um outro olhar sobre as reais condições de vida das pessoas que vivem lá.

No primeiro capítulo desta monografia analiso como se dá o discurso oficial dos dirigentes locais, tanto em relação ao município de Uberlândia, quanto ao sistema de ensino. Neste havia um discurso em coloca-lo na vanguarda, enquanto que naquele verifica-se que o setor político tinha o desejo de fazer da região um pólo de atração para os trabalhadores e empreendedores industriais e comerciais, utilizando-se para tanto de discursos, colocando-na como líder do desenvolvimento sócio-econômico.

Ademais, observo também qual é a política municipal de ensino em Uberlândia, buscando portanto, a implementação do Projeto Escola Cidadã. Para tanto, travo discussões a partir do diálogo constante entre as fontes escritas e as fontes orais, verificando as contradições, os embates, os anseios, enfim, as vivências das pessoas, uma vez que estas fazem parte do processo.

A partir das entrevistas, procuro entender e compreender um pouco o que esta significando a implementação deste projeto na vida das pessoas, as quais tem que lidar diretamente com ele. Como esta acontecendo as reuniões com o intuito de construir o projeto político pedagógico (PPP) para a escola, uma vez que este deve ser específico, respeitando assim, as peculiaridades, as singularidades de cada espaço. Neste sentido, observo as expectativas das pessoas, suas táticas e estratégias para se impor perante o que esta colocada pelos órgãos competentes.

O segundo capítulo se dedica principalmente as relações de convivência entre os professores, os alunos e a comunidade escolar. No qual analiso através das entrevistas como se dá os embates, as lutas travadas no cotidiano em prol da sobrevivência, bem como os conflitos dentro e fora daquele ambiente.

Neste sentido, a escola foi um espaço de contradições, de jogo de interesses, de luta no dia-a-dia. Mas, também de encontros, de amizade, de

cumplicidade, de companheirismo, da busca da solidariedade e acima de tudo da sobrevivência e da esperança de um futuro melhor.

Portanto, foi um espaço de descobertas e de possibilidades. Esmiuçar o que cada indivíduo busca e deseja naquele ambiente foi fundamental nessa trajetória. Assim como, visualizar o que esperam os trabalhadores, pais dos alunos que convivem nas escolas públicas, observando as relações que firmaram para sobreviver, bem como as reelaborações e reinterpretações dos seus viveres, assim como, o que esperam para o amanhã. Isto permitiu nos pensar, encontrar brechas para refletir sobre os modos de vida dos sujeitos, sobre as dificuldades e os entraves, enfim, sobre a exclusão social.

Finalmente, no terceiro capítulo, busco discutir as políticas mais abrangentes, a qual se desemboca no neoliberalismo, analisando seus reflexos tanto na política educacional, quanto na vida dos moradores, principalmente dos que residem no bairro Planalto. Dessa forma, as políticas; entre elas as políticas educacionais implementadas no município de Uberlândia, não surgiram aqui, mas sim, faz parte de outras ações tanto no plano nacional, quanto mundial.

Sendo assim, o diálogo travado nesse caminhar, permitiu que um anseio pessoal fosse compartilhado com outros sujeitos. Todos os momentos de convivência demonstraram uma diversidade de reelaborações dos modos de viver tanto dos alunos e professores, quanto dos trabalhadores, os quais necessitam dos serviços públicos para sobreviverem. Lutam portanto, no cotidiano em busca de um amanhã melhor.

CAPÍTULO I

UBERLÂNDIA E A POLÍTICA MUNICIPAL DE ENSINO.

1.1 A CIDADE: EXPERIÊNCIAS E CONTRADIÇÕES.

O presente sempre coloca questões para a história, não por ela ter a resposta, mas porque ela pode, pelo menos, fornecer instrumentos de compreensão.

Michelle Perrot

Uberlândia é uma cidade como tantas outras cidades brasileiras. A qual tenta se impor por meio de uma imagem progressista, como se nela houvesse a possibilidade de desenvolvimento e crescimento para todos aqueles que nela vivem. Daí, que para consolidação de tal objetivo necessitasse apenas do empenho da coletividade, da união e do apoio de todos, para que se tenha uma cidade cada vez melhor.

Nesta perspectiva, tomando por base o Jornal Correio em uma reportagem sobre o Núcleo Micro Regional de Emprego (SINE) de Uberlândia, fica evidente que a propaganda compactua com a premícia progressista, quando afirma que:

(...) não há desemprego na cidade. O índice é normal e dentro do índice nacional. Em todo início de ano, nos primeiros três meses em qualquer cidade do Brasil, notadamente a de maior expansão territorial como é Uberlândia, há maior migração. Muitas deixam suas cidades e vem para matricular em Universidades ou até mesmo em nossas escolas de primeiro e segundo graus. Enquanto uns estudam, outros procuram empregos. Daí a migração há um pequeno número de desempregados. Não concordamos com as críticas de um jornal da cidade, sem base em números oficiais, o presidente da câmara municipal, Ângelo Cunha Neto apresenta a realidade dos fatos, sem se basear em números fantasmas como o jornal deu a notícia, tendo como base o mês de fevereiro podemos citar que houve mais empregos do que dispensa. O índice nacional, segundo o SINE, de desemprego atinge um total de 6,5%, Uberlândia esta dentro deste índice. E com uma ótima notícia ele esta diminuindo na cidade. Não existe o número de 15 mil desempregados na cidade. Ninguém conhece este lado, apenas o jornal, diz Ângelo. Importantes industriais se instalem na cidade, a vida bancária segue seu ritmo normal de atividades e nenhum sindicato afirmou, oficializou

aquele número, ou seja 15 mil desempregados na cidade. Quanto aos terrenos não caíram de preços. Há valorização, o preço real está sendo registrado. Basta olhar no final da avenida Getúlio Vargas, onde a ligação em breve atingirá o bairro Tubalina. É preciso uma visita a Lagoinha onde os terrenos também tem a sua valorização conhecida. Em todos os setores de nosso município a vida é normal. Não há crise na cidade, só mesmo os falsos profetas e derrotistas podem admitir tal situação por desconhecer por completo, o grande espírito de trabalho dos uberlandenses. Não há dispensas, não há desvalorização de terrenos, não há falta de empregos na cidade, para quem quer trabalhar e viver bem, Uberlândia continua abrindo suas portas, afirmou o presidente da câmara municipal Ângelo Cunha Neto.¹³

Assim sendo, nota-se através da propaganda feita por parte dos governantes da cidade, que estes apontam-na como uma cidade progressista, dinâmica, ordeira, um “Eldorado” sempre em crescimento, “fazendo crer” que morar em Uberlândia era um privilégio e para se fazer merecedor, era necessário trabalhar, ou seja, apesar de alguns entraves visíveis na retração econômica e uma corrosão dos salários provocados pela inflação¹⁴ nos anos 1980, o município de Uberlândia havia encontrado meios para superar obstáculos e manter o seu acelerado desenvolvimento em todos os setores, inclusive nos setores econômico e social. É o que afirma com orgulho o professor Roberto Carneiro, 67 anos, pró-reitor da Universidade Federal de Uberlândia, neto de um dos fundadores da cidade, quando diz que:

Pelo Brasil afora, encontra-se um outro Brasil – o país das boas cidades do interior, geralmente localidades de porte médio que já se livraram das carências visíveis nas pequenas cidades perdidas no mapa e ainda estão longe de enfrentar os dissabores que infernizam a vida das

¹³ **Jornal Correio de Uberlândia.** “Uberlândia sem desemprego e sem crise”. 07 de abril de 1981.p.01

¹⁴ A inflação atingiu índices elevados no fim do regime militar. Em 1983, por exemplo, ela foi da ordem de 211%. Ao assumir o governo, o presidente José Sarney tentou combater a escalada inflacionária e, para tanto, instituiu o chamado Plano Cruzado (fevereiro de 1986) e vários sucedâneos como o Cruzado II (novembro de 1986) e Plano Bresser (junho de 1987), o Plano Verão (fevereiro de 1989), que fracassaram nas suas pretensões. Assim, a economia brasileira chega às portas da hiperinflação de cerca de 80% ao mês. Igualmente, ao assumir a presidência da república, Fernando Collor de Mello instituiu o denominado Plano Brasil Novo (março de 1990). Em ambos, o componente autoritário salta à primeira vista. Tanto Sarney como Collor estabeleceram uma relação direta e demagógica com a população. O primeiro se dirigia aos “fiscais do Sarney”, enquanto o segundo interpelava diretamente aos “descamisados” e “pés descalços” a quem dizia representar. Parte de uma concepção de que é unicamente o setor público que causa a inflação e não por um conjunto complexo de causas que envolvem o setor privado, bem como o “desequilíbrio introduzido na economia pela transferência de recursos para o exterior pela forma como essa transferência e financiada.” (GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.).

grandes capitais. São bons lugares para viver e para criar os filhos, para ganhar dinheiro e para imaginar que, se há uma cidade melhor do que todas as outras, ela é exatamente esta em que nasceu. Pode-se ter pensamentos otimistas assim em muitas cidades brasileiras. Uberlândia 350.000 habitantes, fincada no Triângulo Mineiro, é apenas uma delas – mas destaca-se fortemente dentro dessa família feliz de aglomerados urbanos por um conjunto de fatores que a transformou numa síntese do bom interior.(...) Uberlândia vive fora do círculo de crise econômica e social que hoje se aperta em torno da maioria das cidades do país.¹⁵

Sendo assim, é evidente que havia vários interesses da elite uberlandense em manter a boa imagem do município de Uberlândia, escondendo, assim, todos os problemas, os conflitos e as contradições.

Trata-se, portanto, de uma estratégia vinda de cima para baixo. De acordo com a reportagem na Revista Veja, os mendigos encontrados pedindo esmola eram levados de volta sob uma escolta à rodoviária, onde retornavam ao seu lugar de origem.

Entretanto, fica claro que havia um discurso oficial para camuflar a realidade. Este era em todos os níveis, inclusive no setor educacional.

Nas palavras de Spartacus:

(...) enquanto muitas famílias paulistanas ou cariocas gastam uma parcela significativa de seus rendimentos mandando os filhos para escolas particulares, diante da qualidade precária do ensino público, os filhos do pedreiro, do médico e do vereador de Uberlândia sentam-se lado a lado, nos bancos da rede oficial, onde sobram vagas em todas as séries e a proporção de alunos por professor fica abaixo da média nacional.¹⁶

A propósito, é importante ressaltar como os políticos agem e reagem em relação à problemática do ensino. Estes utilizam até mesmo os aspectos psicológicos, culturais e sociais, buscando fazer crer que a população uberlandense é educada e instruída, contribuindo assim, para o engrandecimento sócio-cultural e econômico. É o que podemos observar na fala de João Edson Mello:

¹⁵ **Revista Veja.** "Crise a Distância: a 400 quilômetros da capital mais próxima, Uberlândia mantém seu ritmo de progresso e dá um exemplo do vigor das cidades médias do interior". 18 de novembro de 1987.p. 66-67.

¹⁶ Idem. p. 72.

Fui a pouco distinguindo como a indicação de meu nome para paraninfo das turmas que concluíram os cursos nos grupos escolares municipais de Uberlândia. Duas surpresas me advieram daí: a primeira por ter recaído sobre mim a escolha dos diplomados; a segunda por verificar as excelentes condições, em que se encontra a instrução pública nesta comuna, na parte de iniciativa do poder municipal. (...) Cento e tantos jovens, de ambos os sexos, ali se encontravam à espera do certificado do término do seu curso (...). Mas o mais impressionante no que era dado ver estava no fato de haver inúmeros adultos, moços e moças. Quando o comum, segundo tem observado por todos os lugares, a que tenho ido é o de os pais julgarem os filhos habilitados, logo que tenham aprendido a ler e a contar, mais ou menos corretamente, estava eu ali, diante de uma situação diversa. Meus afilhados, pessoas do trabalho, consoante pude contatar enquanto, cumprimentando-os lhes apertava as mãos grossas e calosas, não por se contentarem com uma instrução rudimentarista. Não abandonaram a escola, apenas concluído o livro de leitura e conhecida as operações fundamentais. Foram e com que sacrifício isso terá acontecido? – até ao termo do curso. Demonstra isso que, em Uberlândia, povo e poder público se entendem muito bem num esforço conjunto para o progresso da instrução (...) Diante disso, compreende-se perfeitamente porque é tão elevado índice de alfabetização neste município. O poder público do município tem cuidado de modo tão particular desse assunto, que se pode afirmar, estar resolvido em Uberlândia, o problema da instrução primária. Sob este aspecto como de resto em muitos outros, este município constitui um exemplo a ser imitado pelo país.¹⁷

Esta fonte que é de 1950, evidencia, segundo João Edson, que a ação política educacional era bastante ampla, como se a instrução urbana e rural fosse preocupações fundamentais por parte dos órgãos públicos. Nessa tarefa a argumentação do autor procura esclarecer e convencer que a ação política em função do povo era primordial, portanto, levada a sério. Tal comprometimento por parte dos órgãos responsáveis, constituía no cumprimento de um dever cívico. Dessa forma, cada uberlandense também deveria empenhar e lutar por esta causa.

Percebe-se também, na fala do autor, que Uberlândia deve ser um exemplo a ser seguido pelas outras cidades do país. Finalmente, nota-se que o discurso político é apresentado de forma sutil nos projetos educacionais. No entanto, apesar das aparências, os conflitos e as contradições, mesmo veladas, às vezes vem à tona. É o que se verifica em um dos artigos de Maria Tereza no qual a mesma menciona um certo descaso para com o ensino:

(...) Visitamos em cumprimento ao nosso programa de estabelecer contato com os educandários da cidade, O Grupo Municipal Augusto

¹⁷ **Jornal Correio de Uberlândia**. "A instrução primária em Uberlândia". Ano XII, nº 3.053, de 14 de dezembro de 1950, p.04

Cesar, (...) funciona à noite do Grupo Escolar Bueno Brandão. Com uma matrícula de 509 estudantes, maiores de 12 anos, têm uma frequência média de 300 rapazes e meninas. Somente uma servente e nenhum porteiro. Apenas 9 professoras esforçadas lecionando em 5 salas. Claro é que as salas não são em número suficiente. Dá-se então o caso de funcionarem duas classes diferentes na mesma sala, obrigando as mestras a uma ginástica de conciliação: enquanto uma dá aula em voz alta a outra usa de exercícios escritos para obter o silêncio necessário a preleção da companheira. São assim mais de 100 alunos a estudarem com duas professoras matérias diversas, pois, em média as classes tem 60 alunos, o que é antipedagógico, mas contra o que não se pode reclamar, agora oficialmente. Reclamamos nós, os defensores da infância de Uberlândia, contra esta falta grave que vem recaindo na administração. Não é possível que o prefeito municipal, Sr. Tubal Vilela da Silva, que tanto prometeu a Uberlândia, deixe em estado de abandono oficial um punhado de rapazes e de meninas que estudam a noite com sacrifício, porque trabalham de dia. E estudam porque desejam aprender. Enquanto existem salas alugadas pela prefeitura para serviços diversos com largueza e espaço; enquanto a prefeitura chega a emprestar salas a sociedades particulares que dispõem de recursos, porque se constituem de profissionais habilitados a gabar bastante; enquanto a prefeitura empresta todo o segundo andar da Rodoviária ao Estado; enquanto empresta outras redes próprias a instituições alheias ao benefício público e da competência do município e aluga prédios para instalar serviços seus que podiam, em verdade ceder parte do conforto a infância uberlandense; aí temos um grupo escolar inteiro funciona a noite, em apenas 5 salas de outra Escola. Sem água, sem material didático que não existe. Com tudo que faz do magistério uma carreira de sacrifício, em vez de carreira de agrado. E, entanto, lá no grupo, na noite em que há aparecemos, se ensaiava uma festa de encerramento – procurando as professoras interessar as crianças de maneira a fazê-las esquecer o que lhes falta, de maneira a fazê-las sentir o quanto são queridas pelos seus professores. Afinal, que faz o Serviço de Educação Municipal no setor de educação entre nós?¹⁸

A abordagem desta fonte de 1951, retrata muito bem o outro lado das instituições de ensino na cidade de Uberlândia, nesse período. Em relação às escolas destaca-se: as salas de aulas super lotadas, o que é antipedagógico; a carência de profissionais da educação, como a falta de professores e serviçais, para dar um mínimo de suporte a um ensino decente; falta de material pedagógico e até mesmo defeito de infra-estrutura das escolas, como a falta de água por exemplo.

¹⁸ **Jornal Correio de Uberlândia.** "Escolas Municipais" ano XIV, nº 3.192, de 7 de julho de 1951. p.04.

Devemos, portanto, atentar-se para o discurso ideológico, uma vez que tentam trazer à tona uma fala que desse o tom de suavidade nas ações políticas educacionais.

Sendo assim, Uberlândia pode ter se destacado no cenário político e econômico, contudo, é necessário ressaltar que na realidade, os frutos do progresso da “cidade jardim” nunca foram acessíveis à todos, mas na mídia sempre foi passado como tal. Do mesmo modo, no âmbito educacional muito se deixou a desejar, visto que as práticas políticas estavam voltadas para o desenvolvimento tecnológico e econômico. Dessa forma, a educação estava em segundo plano.

Apenas, após a Constituição da República Federal de 1988, a qual especifica que:

*é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, (...), além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão.*¹⁹ (não grifado no original).

E a partir daí é que se criou uma Secretaria²⁰ específica para a educação, no final da década de 1980. Percebe-se assim, uma mudança de prioridades para o poder público. Pois, o então prefeito eleito, Zaire Rezende, teve como metas para seu governo, a cultura, o lazer, a assistência médica e, por fim, a educação.

Com efeito, os demais prefeitos eleitos, que sucederam Zaire Rezende tais como: Virgílio Galassi e Paulo Ferola da Silva, se “preocuparam” em criar uma política educacional que visasse as necessidades básicas dos cidadãos. Convém notar também que no início da década de 1990 houve um afluxo de inauguração de escolas – dentre elas a escola em apreço –, de concursos públicos, de contratos, e até mesmo de elaboração de uma proposta de ação

¹⁹ BRASIL, República Federativa do Brasil. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Artigo 227. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988.

²⁰ Em 2001, a Secretaria Municipal de Educação contava com 51 unidades escolares, sendo: 7 escolas de Educação Infantil (antigas creches – 0 a 6 anos), 8 escolas de alfabetização (Pré-escola – 5 e 6 anos) e 46 escolas de 1º grau, destas 13 estão na Zona Rural. As clientela atendidas por essas escolas são predominantemente de nível sócio econômica médio-baixo e baixo, com algumas exceções para as escolas localizadas na área central.

curricular. A respeito disto é preciso cautela, pois ainda que tais práticas tenham, de um certo modo, beneficiado a cidade, é necessário estarmos atentos aos vários significados decorrentes das mesmas. A propósito, considero oportuno reafirmar aqui as análises de Adalberto Marson²¹ a respeito do procedimento histórico. Este historiador enfatiza que se a análise histórica for exercida criticamente será capaz de revelar uma historicidade contraposta às versões dadas pelos argumentos da memória instituída. Nesse sentido, é necessário procurar recuperar o contra discurso, tentando descobrir e romper com a linearidade aparente, buscando as atitudes e as ações contrárias à ordem estabelecida.

Por esse viés, as políticas educacionais desenvolvidas na década de 1990, que à primeira vista aparece como uma medida de justiça social, não vêm apenas das reivindicações populares, visto que fazem parte de um processo muito mais complexo. Ademais, faz parte das exigências da Constituição Federal e obedece à uma ordem hierarquizada pré estabelecida.

1.2 ESCOLA CIDADÃ: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA.

A Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

Paulo Freire.

A epígrafe acima parece descrever exatamente o que busco discutir neste item: falar sobre um ambiente escolar, especialmente sobre o programa Escola Cidadã, a qual pressupõe companheirismo, cooperação, comunidade, autonomia, descentralização, liberdade e, acima de tudo, democracia.

Com a finalidade de desenvolver o indivíduo enquanto sujeito, preparando-o para o exercício da cidadania, bem como para o trabalho. Porém, ela tem que ser pensada fora da lógica de uma empresa, uma vez que sua

²¹ MARSON, Adalberto. *Reflexos sobre o procedimento histórico*. In: SILVA, Marcos A (org). *Repensando a História*. São Paulo, Marco Zero, 1985.

função é lidar com o conhecimento, principalmente porque as pessoas não são máquinas.

Segundo Muñoz, a idéia de uma escola pública democrática, cidadã, não é recente e nem foi inventada por governos federais ou municipais, visto que durante todo o século XX e mesmo agora no início do século XXI, o objetivo de uma escola democrática e popular tem sido uma luta constante por parte daqueles que defendem uma sociedade igualitária, justa, de direitos humanos. Inclusive para o educador pernambucano, Paulo Freire.

Ademais, há experiência desta proposta no Paraná, Porto Alegre, Belo Horizonte, Natal, Mato Grosso do Sul entre outros.

Convém notar, na análise de Rizvi, que entre os anos 1920 e 1930, o movimento educacional progressista foi baseado na noção de que a educação e a democracia estavam inexplicavelmente unidas, já nos anos 1960 e 1970 as idéias de uma escola livre e aberta estavam fundamentadas em compromissos democráticos para fazer da educação uma atividade menos autoritária e mais centrada nos interesses das crianças.

A respeito do Sistema Municipal de Ensino em Uberlândia, as palavras de Muñoz são elucidativas:

Em janeiro de 2001, diante da perspectiva de viver um governo democrático em Uberlândia, afirmávamos no ambiente educacional local que, tomando como ponto de partida uma análise crítica da história desse município, em particular, de sua rede pública de ensino, tornava-se necessário realizar uma profunda avaliação crítica das conseqüências produzidas no imaginário social entre os profissionais da educação, devido a tantos anos de trabalho associado a práticas burocráticas orientadas por um ideário conservador, fortemente enraizado na vida administrativa da Prefeitura Municipal.²²

Diante do exposto, observa-se que o sistema educacional do município de Uberlândia é autoritário, hierarquizado, uma vez que as escolas estão ancoradas em um sistema conservador, bem como ao poder político local.

²² MUÑOZ, Gabriel Palafox. A rede pública municipal de ensino de Uberlândia e os desafios para concretizar a esperança de uma escola democrática e popular – **Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia**. In: <ghmpalafox@aol.com>

Ademais, um sistema autoritário pressupõe coerção, intimidade, medo, pressão, bem como alienação.²³ Sobre isto, Muñoz afirma:

*Que estas posturas autoritárias, além de não contribuírem em nada para incentivar a participação democrática entre esses mesmos profissionais, sempre procuraram **instruir**, ideologicamente, a comunidade por meio de relação de coerção, de intimidação, de troca de favores e de uso eleitoral das escolas, com a finalidade, intencional, de preservar um perverso mecanismo de controle social, orientado para a formação de racionalidade/subjetividade/pessoas **submissas, caladas e subservientes** da ordem e dos privilégios do poder dominante²⁴. (grifo do autor)*

Diante dessa conjuntura, faz-se necessário uma breve análise sobre autoridade e autoritarismo. A primeira segundo Moraes “é a retomada do próprio tema do amor – coisa atemporal que alimenta o sonho de todo ser humano”, enquanto que o segundo “estanca o diálogo e esmaga o interlocutor”, uma vez que ele “é imposto. É a intoxicação produzida por um equívoco ou por má fé”.²⁵ Portanto, tudo isto dá conta que: “autoridade é homeostase, é equilíbrio e garantia, autoritarismo é terrível processo de entropia nas relações humanas – especialmente nas pedagógicas”.²⁶

Deste ponto de vista, toda forma de autoritarismo é perversa, inescrupulosa, visto que somente há imposição, deixando em segundo plano o diálogo e a visão do outro que é essencial nas relações humanas. Assim, a política educacional implementada pela elite uberlandense está pautada em práticas autoritárias. Apesar do discurso tentar mascarar a realidade, é evidente que a educação e a política estão intimamente ligadas. Sendo assim, educação é um ato político.

Partindo desse contexto histórico-social Muñoz entende que a comunidade deve partir para a reflexão crítica, com a finalidade de reconhecer, em caráter diagnóstico, e para além das aparências do cotidiano escolar. Tendo em vista a transformação do sistema burocrático dominante,

²³ O homem alienado é um homem desprovido de si mesmo. Se a história distancia o homem do animal, a alienação re-animaliza o homem. CODO, Wanderley. **O que é alienação**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.08.

²⁴ Idem. p.08

²⁵ MORAIS, Regis de. – et alli (org.). **Sala de Aula, que espaço é esse ?** 5ª ed. , Campinas, São Paulo: Papirus, 1991. p. 17-30.

²⁶ Idem. p.17-30.

infelizmente aceito como imutável entre considerável parcela de indivíduos. Procura promover, portanto, um processo de transformação individual, coletiva e institucional para reinventar as relações entre as pessoas e, em consequência, as escolas, numa perspectiva aberta à democracia popular, livre das amarras do arraigado poder conservador e do histórico ideário conservador internalizado por grande parte do imaginário social uberlandense.

Diante desta perspectiva é que o Programa Escola Cidadã, está sendo introduzido na rede municipal de ensino em Uberlândia.

A Escola Cidadã possui vários pressupostos conceituais, tais como: o homem em sua condição de produto e sujeito histórico, a indissociabilidade entre educação e cultura; o trabalho entendido como princípio educativo; a omnilateralidade²⁷, a universalização da cultura; a historicidade; a inter e a transdisciplinariedade; a democratização das relações internas da escola e a formação permanente dos educadores. De acordo com esses pressupostos básicos, Gadotti diz que:

*A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir para a criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos (...) levando a sociedade a Ter voz ativa na formulação das políticas públicas (...) para assim participar da mudança do Estado que temos para a criação de um novo Estado, radicalmente democrático.*²⁸

No entanto, nota-se que para nos livrarmos das “garras” antidemocráticas e autoritárias precisamos, segundo Rizvi, para tanto,

*Resgatar a nós mesmos das “garras” da racionalidade burocrática e reconhecer que as formas de organização social dominadas pelas idéias de hierarquia, divisão absoluta do trabalho manual e intelectual e pelo instrumentalismo, são construções históricas e representam uma ideologia que é contrária à realização do potencial humano de preocupar-se por alcançar uma vida coletiva e democrática.*²⁹

Por esse viés, é preciso que haja realmente um projeto educativo que vise transformar a escola burocrática em uma outra escola, autônoma e cidadã.

²⁷ Termo utilizado pelo Instituto Paulo Freire. In: <www.paulofreire.org>.

²⁸ GADOTTI, Moacir. 2000. In: <www.paulofreire.org>.

²⁹ Rizvi, F. **A racionalidade burocrática e a esperança de uma escola democrática**. 1993. In: <www.paulofreire.org>.

Esta pressupõe que sua gestão seja comunitária e democrática, ou seja, que a gestão da educação pública seja em regime de colaboração. Estatal quanto ao financiamento e pública quanto à destinação de recursos humanos e materiais.

Ademais, a Escola Cidadã busca o fortalecimento do Projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva do planejamento dialógico como uma forma para superar a descontinuidade administrativa.

Neste sentido, a Escola Cidadã possui traços comuns tais como: a ampliação da jornada escolar; atendimento integral; participação comunitária; gestão democrática. Objetivando a formação do educando para a cidadania ativa-planetária,³⁰ assim como para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, bem como para o desenvolvimento sustentável a ecopedagogia.³¹

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que de acordo com a política desse projeto é necessário que haja respeito às características histórico-culturais da região, assim como um diagnóstico da situação de cada escola, o qual deve ser feito através do planejamento participativo socializado e ascendente. Partindo sempre do pressuposto de que é preciso questionar a mentalidade burocrática dos sistemas de ensino.

Para tanto, a Escola Cidadã é pautada na idéia da democracia, esta segundo Rosenfield pressupõe:

*um conjunto de leis, cuja função é a de articular o processo contraditório da sociedade e do Estado, de modo que o entendimento político entre os diferentes grupos e classes sociais, bem como dos partidos políticos, possam se fazer a partir de valores reconhecidos enquanto tais.*³²

Sendo assim, com o ideário democrático, busca-se amenizar as contradições e os conflitos com os quais convivemos diariamente, bem como dar oportunidades iguais a todos os indivíduos sem restrições.

Diante desta conjuntura, para o Projeto Político Pedagógico (PPP) ser elaborado, é necessário que haja um empenho coletivo, uma união entre a

³⁰ Termo utilizado pelo Instituto Paulo Freire. In: <www.paulofreire.org>.

³¹ Idem.

³² ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. O sentido etimológico da palavra democracia, significa o "governo do povo", o "governo da maioria". No entanto, a grande questão à qual se enfrenta a democracia moderna é a de que, no seu modo de funcionamento, ela permanece um governo de minoria, na medida em que as suas leis e instituições não são efetivamente vistas e apreciadas pela maioria dos cidadãos como expressão do bem comum. p. 50-86.

comunidade escolar e os funcionários de cada escola. Para tanto, é preciso uma participação efetiva da comunidade escolar local, bem como de pelo menos um representante de cada segmento que faz parte da instituição de ensino.

É o que diz o senhor Henrique de Freitas, professor de 5ª a 8ª série, o qual leciona a 20 anos na rede pública de ensino:

(...) Nessi sistema teria que ter uma participação efetiva da família e que o individuo tem que istá preocupado diretamente com a sua formação... onde si teria uma formação integral de um individuo com a família i a escola. Intão isso é um dos parâmetros. I as pessoas não istão preparadas para receber essi sistema de ensino em que si teria que ter a atuação da família e da instituição de ensino. O corpo docente tá totalmente, eu não gosto muito dessa palavra totalmente, mas boa parte do corpo docente hoje si mostra desinteressados.³³

Fazendo parte de um grupo de professores que atua na escola em questão, o senhor Henrique de Freitas vive a experiência da tentativa da implementação do projeto da Escola Cidadã. Mas suas palavras remetem para algo fundamental, que seria a falta de cumplicidade, de união entre a família e a escola. Dessa maneira, sua experiência nos mostra que na verdade essa união não acontece, não ocorre na prática. Este fato pode estar diretamente associado à falta de informações, bem como de esclarecimentos para ambas as partes. É o que acredita o senhor Adalto Borges quando diz :

(...) O nosso conhecimento no geral, eu acho que é bastante superficial, mas o que eles tem pregado se fosse funcionar era bom, seria o ideal. Eu acho que não é bem divulgado, as pessoas não sabem o que é este projeto e nem nós mesmos os professores não entendemos bem, imagina os pais!³⁴

Entretanto, isto é o que se observa na fala de uma significativa parcela dos trabalhadores, assim como do corpo docente e discente quando estes foram indagados a respeito do Projeto da Escola Cidadã.

Uma significativa parcela dos entrevistados desconhecem por completo o que vem a ser esse projeto, afirmando que nunca ouviram falar sobre a

³³ Henrique José de Freitas, professor de 5ª a 8ª série da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 15 de março de 2003.

³⁴ Adalto de Souza Borges, professor de 5ª a 8ª série da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 23 de abril de 2003.

Escola Cidadã, nem tampouco sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) que deve ser montado pela comunidade escolar local e pelos profissionais de cada escola. Apenas uma minoria de pais e alunos nos seus relatos disse já ter ouvido alguma coisa sobre este assunto. No entanto, alegam não saberem absolutamente nada sobre isso.

Esta questão vem à tona e nos faz perceber que não são somente os trabalhadores, pais dos alunos e estes que desconhecem tal assunto, uma vez que uma considerável parcela do corpo docente afirma a mesma coisa. É o que se percebe na fala do professor Luiz Albuquerque:

(...) Sobre a Escola Cidadã, o que existi i o que eu percebo é um rótulo, sem abrir o produto não tem como sentir gosto pelo produto (risos) eu diria que tem que si intende pra si colocá im prática, eu diria que ninguém ensina nada, sem ter o conhecimento daquilo que si está ensinando. I si coloca em prática uma conduta de ensino, principalmente porque a Escola Cidadã ela já é caracterizada por uma atuação conjuntural de uma instituição de ensino de várias instituições de ensino, não si coloca algo em prática que não está bem caracterizado i esclarecido ... então nós temos discursos teoricamente bem elaborados, intendi?³⁵

A reflexão do Sr. Luiz Albuquerque elucida bem o que acontece na prática. Segundo ele as pessoas não sabem e não conhecem o que é a Escola Cidadã, como ela funciona realmente. Sendo assim, não é possível colocar algo em prática sem haver o conhecimento para tal prática.

Ademais, sua fala demonstra a percepção do quanto esse projeto não passa de um discurso teoricamente bem elaborado pelos detentores do poder, com o intuito de fazer com que a população uberlandense acredite que vivemos em uma real democracia, onde os direitos dos cidadãos são respeitados, ou seja, como se aqui vivêssemos em uma cidadania plena.

Ana Paula também faz parte do quadro de professores da escola em apreço, a qual leciona a 18 anos como professora primária. Ela também consegue visualizar a não praticidade do projeto:

(...) Na verdade, né? São propostas bêm elaboradas, i na prática é esse entendimento, principalmente porque as pessoas que diviam estar direcionando o projeto e tomando atitudes não estão fazendo isso.

³⁵ Luiz Brito Albuquerque, professor de 5ª a 8ª série da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2003.

Então o que nós temos é um discurso que não chega a ser praticado, sabe ?³⁶

Isso é o que acredita a Sra. Ana Paula Abrantes, que há apenas discursos e propostas bem elaboradas, mas ela não percebe nenhum tipo de ação sendo colocado em prática em prol de que o projeto surja efeitos reais. Dessa forma, o intuito de se ter uma escola justa e igualitária para todos, inclusive para os filhos dos trabalhadores não se efetiva na realidade.

No entanto, nem todos os funcionários possuem as mesmas opiniões acerca desse projeto, uma vez que os indivíduos não são homogêneos e possuem experiências e interesses distintos.

E na perspectiva de que o âmbito escolar é um espaço de conflitos, de contradições e lutas diárias, há opiniões bem divergentes. É o que revela o relato da Débora Silva, uma das supervisoras da referida escola, ao ser questionada sobre a existência de algum tipo de resistência por parte dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação à implementação do Projeto Político Pedagógico:

(...) é eu não vejo muita resistência, i na nossa escola não tá tendo muita resistência, porque o professor é que esta construindo, não está vindo uma coisa de cima pra baixo, ela tá engatinhando mais pelas próprias mãos do professor. O professor já está sentando, tá discutindo a proposta (...) estamos caminhando e não só a nível de professor, na nossa última reunião, nós já tivemos os membros da secretaria e as merendeiras e ASGs – auxiliares de serviços gerais, onde eles também estão montando as partis deles. A escola não é só professor e aluno, né? E nós temos outros segmentos aqui dentro que auxiliam nisso aí. I nós vamos ter as assembléias com os pais, onde os pais também vão trabalhar, né? Onde os pais também vão opinar, tipo plenárias, onde os pais vão opinar sobre os princípios que envolvem a Escola Cidadã, que envolvi ética, gestão, convivência.³⁷

Nesta fala, nota-se um tipo de discurso oficial. É como se tudo estivesse indo muito bem, não houvesse problemas, como se todos estivessem envolvidos e participando efetivamente da criação do Projeto Político Pedagógico. Ela remete para uma criação coletiva e conjunta. E de acordo com

³⁶ Ana Paula Abrantes, professora de pré a 4ª série da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 25 de maio de 2003.

³⁷ Débora Batista da Silva, Supervisora Escolar da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 17 de março de 2003.

suas palavras percebe-se que a Escola Cidadã não é imposta pelos governantes.

Porém, durante as entrevistas, apenas alguns entrevistados demonstraram isso em suas falas, uma vez que a grande maioria não compactua com este tipo de discurso.

Ademais, observa-se em uma significativa parcela dos depoimentos que os profissionais que estão vivendo a experiência dessa implementação, não acreditam nesta proposta, visto que ela não atende aos interesses da maioria. É o que o relato da orientadora educacional Rita de Melo vai nos revelar quando fala sobre uma reunião que tinha como objetivo a elaboração do Projeto Político Pedagógico afirmando que:

*(...) tivemos uma reunião aqui, um tempo atrás, aí eu fui convidada pro comando da reunião. Cheguei lá e tentei discutir o que estava proposto e a fala do professor foi a seguinte: não vamos falar disso não, não vamos perder tempo não! Que nós temos problemas aqui de dentro da sala de aula mais sério pra resolver, vamos aproveitar esse tempo pra fazer isso. Interrompemos a reunião pra falar de aluno, porque o problema deli dentro da sala de aula é o aluno. Isso é porque ele não acredita na proposta, é porque ele não acredita mesmo! (...) é porque também o diretor não tem liberdade, né? Ele não tem liberdade pra fazer isso. Olha essa semana dia tal e dia tal nós vamos falar desse assunto Projeto Político Pedagógico i semana que vem dia tal e dia tal nós vamos continuar esse mesmo assunto. Então isso não ocorre, porque faz uma reunião num mês, depois lá num outro qualquer faz outra, não tem continuidade. Então cadê a autonomia, né? Cadê? Cadê a liberdade? (...) eles fala uma coisa e não autoriza aquela coisa acontece (...) então, sabe? É uma coisa que fica naquele diz não diz, assim não funciona! Esse PPP que hoje é o Projeto Político Pedagógico ele era o PPE – Plano Político Educacional, ele já recebeu uns três ou quatro nomes, ele nunca foi fechado... então é um negócio meio nebuloso, assim, louco, sabe? Eles ficam assim: precisa fazer um Projeto Político Pedagógico pra orienta, pra encaminha as escolas, sabe? Mais não fecha nada. Porque na verdade não tem condição, na verdade propõe-se uma coisa e faz outra, sabe? De repente a secretaria fala assim: é pra entrega dia trinta de outubro i aí o que aconteceu, aí junta três, quatro põe no papel e manda pra lá. O que vai muda? Nada! Nada!*³⁸

Ao falar sobre essa reunião, ela demonstra o quanto as pessoas estão desmotivadas e não dão credibilidade à proposta. E um dos grandes

³⁸ Rita Cardoso de Melo, Orientadora Educacional da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 20 de abril de 2003.

problemas, segundo Rita de Melo, é a falta de autonomia, de liberdade para que as coisas aconteçam. Sendo assim, uma significativa parcela das pessoas que participaram da reunião preferiu discutir outros problemas, que para eles são reais, visto que fazem parte de suas experiências, do dia-a-dia, dos seus viveres, ao invés de se preocuparem com propostas que não servem para nada, uma vez que não saem do papel. Inclusive devido à burocracia com a qual os funcionários da educação têm que conviver em seus cotidianos.

Em seu depoimento, Rita de Melo consegue descortinar, desmistificar o discurso oficial, pautado principalmente na idéia de democracia, de autonomia e de liberdade. Entretanto, esse discurso trata-se da tentativa da obtenção do consenso para legitimar as ações dos governantes. Uma vez que esses possuem a pretensão de demonstrar que a escola pública, na qual estudam os filhos dos trabalhadores, é uma escola justa e igualitária. Dessa forma, tentam nivelar, homogeneizar a qualidade do ensino na rede municipal de Uberlândia, como sendo de excelente nível.

Mas, o que se percebe nos relatos é que há conflitos e resistências por parte da grande maioria. Pois as pessoas, por diversos motivos, estão desestimuladas. Inclusive isso pode ser reflexo da política implementada pelos governantes ao longo dos anos. Quando indaguei o professor Marcos Henrique de Souza, o qual leciona na rede municipal de ensino a 15 anos, sobre o que ele sentiu durante as poucas reuniões que houve com a pretensão de criar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em que atua, ele demonstrou sua insatisfação e resistência em relação ao que está colocado em termos de política educacional para o município, como podemos notar:

(...) menina, mas (risos), bom eu senti, você vai senti uma preocupação que eu diria é homogênea de alguns professores em relação a qualidade do ensino, tá certo? Agora existi uma certa descredibilidade, um descrédito aparente quando si toca em algo que é di uma característica muito mais burocrática do que prática. O que acontece é que quando se pensa em elaborar um projeto político pedagógico, normalmente si vincula essa idéia, normalmente o pessoal da educação vincula a idéia de um projeto político pedagógico não pensando que a política pedagógica estaria sendo aplicada na escola. Mas si coloca em relação a uma política nacional muito mais abrangente, tá certo? O que eu senti especificamente no turno da tarde, em que eu participei, é que as pessoas estavam diretamente interessadas em casos específicos de alunos, aluno por aluno, eu acho isso excelente, eu acho que os professores estão di parabéns! I que nós fizemos a coisa formal di que a

*secretaria da educação precisava escuta i intende que nós entendemos. O que nós entendemos é que nós temos alunos i esses alunos estão precisando dos orientadores e dos professores delis i nós fizemos a coisa específica. Quer dizer o nosso projeto político pedagógico é específico nosso, nós conhecemos nossos alunos, nós sabemos quais são as necessidades delis i nós podemos dizer, que nós estamos resolvendo vários problemas.*³⁹

Diante desta fala, nota-se explicitamente a resistência que há no interior das instituições de ensino, revelando que o descrédito perante tal proposta é imenso. E isso nos demonstra algo mais complexo, uma vez que esse desestímulo faz parte da influência de outras tantas políticas adotadas pelos governantes, bem como faz parte da indignação de uma parcela dos servidores públicos municipais de Uberlândia. Sendo assim, esses sujeitos resistem e recriam seus espaços, pois as relações que as pessoas estabelecem são negociações sobre o pertencer a um espaço, a um grupo.

É claro também que suas vivências no cotidiano fazem parte da trajetória de vida de cada um. Nesta perspectiva, o seu modo de viver muitas vezes permite que os professores e os demais funcionários apreendam as dificuldades e a partir daí resistam, criando novas maneiras de lidar com o que está posto.

Dessa maneira, na fala do professor Marcos de Souza, eles encontraram uma maneira de resistir no dia-a-dia, reelaborando o discurso oficial e criando formas de resolverem os problemas específicos da escola. É interessante observar que ele até parabeniza a atitude do grupo. O que nos remete a pensar que ele tem certeza de que não estão sendo subservientes, visto que de uma maneira ou de outra, estão resistindo. Ainda de acordo com suas palavras nota-se que esse é o caminho que realmente devem seguir. Tudo isso aparece como sinônimo de dignidade, tão essencial na vida. Mais do que isso, é uma luta constante, é o não permitir que o silêncio os segregue ainda mais.

Diante do exposto, a Escola Cidadã procura no interior dessa escola na qual os filhos dos trabalhadores vivem, construir uma outra escola. Porém há um longo caminho a ser percorrido para que esta transformação ocorra. Uma vez que há inúmeros entraves, fruto de desejos contraditórios, visto que cada

³⁹ Marcos Henrique de Souza, professor de 5ª a 8ª série da rede municipal de ensino. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2003

ser humano resguarda valores, atitudes, interesses e experiências que transpõem os limites do espaço escolar e do bairro.

CAPÍTULO II

A ESCOLA: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIAS E ANTAGONISMOS

*Ninguém educa ninguém.
Ninguém educa a si mesmo.
As pessoas se educam entre si,
mediatizadas pelo mundo.*

Paulo Freire

Percebe-se que a escola é um espaço de vivências, experiências, contradições, lutas e conflitos. Nesse espaço, os indivíduos criam relações as quais são contraditórias, visto que estão permeadas de interesses divergentes e de antagonismos. Mas também é um espaço onde se busca a solidariedade, o companheirismo, a sobrevivência. Sendo assim, há portanto, várias dicotomias e diversos desafios a serem vencidos. Apesar de tudo, Neusa da Silva Gales afirma:

Agente tem sempre que acreditar na educação e lutar pela melhoria, a educação é a base de tudo, nós estamos aqui, nós somos importantes demais. O professor é a estrela do céu e nós estamos aqui para brilhar e fazer os nossos alunos brilharem, porque a escola é o melhor lugar do mundo, porque aqui ele faz amigos, aqui ele troca com o outro, ele aprende, ele passa uma grande parte da vida dele aqui dentro, então assim, aqui ele tem que se achar nesse espaço, porque ele está aqui, ele faz parte, ele é importante aqui dentro, tudo que está aqui dentro é dele é do aluno.⁴⁰

Nesta perspectiva, nota-se que as relações sociais são indubitavelmente dinâmicas, uma vez que demonstram conflitos ocultos de costumes e interesses de pessoas, que por múltiplas razões convivem na cidade e consequentemente esse viver faz com que os trabalhadores levem seus filhos a uma instituição de ensino pública. Nela integram-se a um cenário diverso e contraditório, entremeado de ações e sentimentos. Dessa maneira, é evidente

⁴⁰Neusa da Silva Gales, professora readaptada na biblioteca, leciona a 15 anos. Entrevista realizada em 18 de maio de 2003.

que a partir do cotidiano os sujeitos constroem os contrastes e as aproximações entre eles.

Pode se dizer que as elaborações sobre as relações que fazem com que os pais levem seus filhos às instituições de ensino são diferentes. Porém, na maioria das vezes buscam um objetivo comum: a realização de seus filhos.

No entanto, os pais, às vezes tentam camuflar seus sentimentos, ou não percebem que por trás da realização de seus filhos há, na verdade, a sua própria realização.

Aparecida Dantas é avó paterna de um dos alunos da 5ª série que estuda na escola Leôncio. Na verdade, ela é bem mais do que avó, uma vez que possui sua guarda e cria o neto desde o nascimento devido à uma série de problemas com os pais consangüíneos da criança. Ao falar do que espera para seu filho, ela exprime bem o que a leva a colocá-lo em uma escola pública:

(...) francamente são várias coisas, o primeiro porque eu quero que ele seja uma pessoa de futuro futuramente, eu quero que ele tenha um bom futuro, uma vida boa, diferente. Eu não quero que ele fica na rua, eu não quero assim que, apesar de que hoje as crianças tá tendo muita droga nas escolas, mas lá eu tenho quase certeza que não é o caso, né? Pra fugi das drogas, sabe? Principalmente pra ele ser uma pessoa que tenha um bom futuro cê entendeu? Porque ali eu acho, lá eu tenho certeza que é o começo dum futuro dele, dum bom futuro que ele pode tê pela frente, i aí por várias razões, né? Lá eu sei que ele tá seguro, lá eu sei que ele tá aprendendo, lá eu sei que ele tá no meio de gente boa. Si teim alguns rebeldes lá dentro, mas as pessoas que são os administradores di lá trabalha em favor de acaba com a rebeldia daquelas crianças, né?⁴¹

Fica claro, portanto, que são inúmeros os motivos que fazem com que os pais levem seus filhos para a escola pública. Tal como a esperança de que os mesmos possam usufruir um mundo melhor. Cujo pressupõe uma sobrevivência digna enquanto cidadão. Às vezes essa realização pode estar diretamente ligada a conquista de um status quo, o qual lhes possam oferecer uma independência financeira, uma vez que a sociedade contemporânea é consumista. Ademais o consumo é um meio de afirmação social.

⁴¹ Aparecida Andrade Dantas, 58 anos, profissão vendedora, moradora do bairro Planalto. Entrevista realizada em 09 de junho de 2003.

Na fala da Dona Aparecida Dantas, a preocupação com a segurança se faz presente. Isto pode ser devido ao elevado índice de violência com a qual convivemos diariamente.

Ao abordar a questão da violência urbana, essa trabalhadora possibilita descortinar um outro lado da cidade de Uberlândia, bem como do bairro. E com certeza, este não é divulgado pelos meios de comunicação, tampouco pelo poder público. Vejamos as palavras do professor Osvaldo de Andrade, o qual faz parte do programa da Secretaria de Ciência e Tecnologia, ligado à Prefeitura Municipal de Uberlândia, ao referir à questão da violência no bairro Planalto:

(...) quando por exemplo, foi levantado que o maior problema sócio-econômico do bairro Planalto era a segurança pública, em trabalho de campo e comprovadamente com a publicação em anais, a gente viu muito claro, que na verdade esse problema ele é muito mais cultural, ou seja, di uma prática ideológica das pessoas, do que propriamente (risos) de atos criminosos que acontecem no bairro. Na verdade, as pessoas têm informações sobre violência, mais a violência massificada das grandes capitais, di regiões específicas de maior volume criminológico, não há. É ela acontece através da televisão, através dos jornais, dos telejornais. ... Na verdade, em termos de Uberlândia, as pessoas pensam que existem, mas comprovadamente a violência não existe!⁴²

Fica evidente, nessas palavras, a visão de quem está no poder. Nota-se, assim, o intento de comprovar tecnicamente uma expectativa, bem como de imprimir uma memória vitoriosa, as quais na vivência das pessoas torna-se falaciosa. Percebe-se também que esse é um discurso na tentativa de legitimar, de dar credibilidade às ações do poder instituído com o intuito de fazer crer que Uberlândia é realmente uma cidade com um índice de criminalidade e violência baixo e insignificante, refazendo, assim, o discurso de “cidade modelo”.

A fala da Dona Aparecida Dantas, quando comentou sobre suas preocupações em relação à segurança de seu filho para seu filho, está impregnada dos reais problemas com os quais ela convive, permitindo, assim, descortinar o discurso de Uberlândia, como sendo “uma cidade modelo, um

⁴² Osvaldo de Andrade. Professor de 5ª a 8ª série, leciona a 15 anos e também trabalha na Secretaria de Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Entrevista realizada em 15 de março de 2003.

eldorado”, até mesmo porque, esse suposto eldorado não se faz presente no cotidiano dos moradores da cidade. Torna-se visível isso, quando os entrevistados abordam inúmeros problemas com os quais convivem no bairro onde residem.

Percebe-se, assim, o crescimento da cidade em termos de expansão, mas não observam isso em relação às melhorias sociais, visto que as mesmas não chegam até os bairros, onde as escolas não atendem as necessidades das crianças, faltam várias outras coisas, indubitavelmente bastante significativas à sobrevivência.

Diante deste quadro, nota-se na fala de Dona Aparecida Dantas, que a instabilidade faz parte do seu dia-a-dia. Isto pode fazer com que ela dê credibilidade à escola, uma vez que afirma que: “lá eu tenho certeza qui é o começo do futuro dele, do bom futuro”. Acredita-se, assim, que a escola é um espaço o qual representa a esperança de uma vida melhor.

Neste sentido, a fala dos alunos Ana Beatriz Cardoso, Gabriela Moura, Diego Mendonça e Jhonathan Dias, assemelha-se à fala da mãe Aparecida Dantas, quando referem se a educação enquanto um meio de obtenção de um futuro melhor.

*(...) é uma coisa importante que a gente tem que têm, quando a gente for maior, assim pra gente consegui as coisas;*⁴³

*(...) é algo essencial na nossa vida, né? Porque sem educação nós num vamos a lugar nenhum;*⁴⁴

*(...) sem ela a gente não evolui, né? A educação é a chave pro progresso;*⁴⁵

*(...) olha, a educação nus ensina di tudo um pouco, a gente cresci e aprende a ser mais humano.*⁴⁶

⁴³ Ana Beatriz Cardoso, estudante, cursa a 8ª série no turno da manhã, a profissão dos seus pais são: chefe de transporte e vendedora. Entrevista realizada no dia 17 de março de 2003.

⁴⁴ Gabriela Silva Moura, estudante, cursa a 8ª série no turno da manhã, a profissão dos seus pais são: caminhoneiro autônomo e do lar. Entrevista realizada no dia 23 de fevereiro de 2003.

⁴⁵ Diego Cunha Mendonça, estudante, cursa a 7ª série, no turno da manhã, a profissão dos seus pais são: professor e do lar. Entrevista realizada no dia 20 de abril de 2003.

⁴⁶ Jhonathan Lima Dias, estudante, cursa a 7ª série, no turno da manhã, a profissão dos seus pais são: comerciante e produtora de eventos. Entrevista realizada no dia 20 de abril de 2003.

Nas argumentações destes alunos entrevistados, percebe-se os sonhos de vir a se alguém, de se ter um futuro brilhante. A esperança de que através dos estudos possam conseguir ir além. Contudo, é perceptível que possuem sonhos de consumo, desejam status na vida profissional, bem como o desejo de serem reconhecidos enquanto indivíduos, visto que devido às relações capitalistas, apenas uma minoria consegue obter o que realmente almeja, uma vez que a maior parte é sobranter, ou seja, são excluídos. Estes fazem parte de uma categoria bem diversa. A qual inclui os que estão nas ruas, nas favelas, nos cortiços, nas invasões, nos bairros miseráveis, bem como se refere também aos mendigos, a criança de rua, aos desempregados, aos moradores que vivem na precariedade e aos que foram expulsos da terra e recusados na cidade, dentre outros.

Dessa forma, os excluídos segundo Martins não só deixam de usufruir as oportunidades de participação social, mas também são excluídos das possibilidades ativas do fazer História, uma vez que “não podem fazer uma greve, isto é, não podem recusar o trabalho e quando o quer há muita mais gente querendo trabalhar do que gente querendo oferecer-lhes trabalho”. Pois “a produção de novas situações e de novas relações sociais se dá *sem eles*”. (grifo do autor).⁴⁷

Ademais, o excluído é duplamente capturado, tanto pela sociedade que o rejeita, tanto enquanto consumidor, uma vez que de acordo com este mesmo autor, estes por meio do consumo, tornaram-se cúmplices do mundo globalizado, integrando no “mundo do ter e do parecer” visto que “o consumo é um meio de afirmação social e de definição de identidade”.⁴⁸

Assim, afirmam os fins dessa sociedade, uma vez que a própria vítima procura meios para se incluir no sistema que a exclui. Mesmo que às vezes seja necessário utilizar meios ilícitos para tal fim, como o roubo, o tráfico, a violência entre outros. Dessa forma, utiliza-se do mercado como forma de participação, pois os excluídos não se vêem enquanto tal, visto que são os incluídos, isto é, os que acreditam que usufruem benefícios que os outros não usufruem é que os designam de excluídos.

⁴⁷ MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 35.

⁴⁸ Idem. p. 35.

Desse modo, os excluídos não são uma categoria homogênea, pois possuem valores e significados múltiplos.

Ademais, no espaço escolar a heterogeneidade também se faz presente nos viveres e nas práticas das pessoas, uma vez que as experiências são singulares, sendo assim, percebe-se várias dicotomias.

Vejam os relatos das professoras Elisânia Gomes e Maria Soares, as quais possuem pensamentos e opiniões divergentes da maioria dos pais e dos alunos entrevistados, quando referem-se aos motivos que fazem com que os pais levem seus filhos para a escola.

*(...) eu acho que eles buscam na escola um apoio pra uma situação que eles não estão conseguindo controlar, eu acho que eles vê a escola como um esteio pra pôde tá ajudando na educação, na formação deles, eles tá te entregando, tipo assim: das sete as onze e meia ele é seu, faz com ele o que você quiser. Eu acho que não têm cobrança por parte dos pais, si passa passou, si aprendeu aprendeu, si não aprendeu não aprendeu, sabe?*⁴⁹

*(...) Eu acho que os pais hoje delegam pra escola a função que é deles, né? De educar os filhos, de auxiliar os filhos quanto a tarefa de casa, né? Quanto a vida escolar deles. Eu acho que os pais hoje eles pensam assim: que a vida escolar do filho é na escola, que eles não têm nada com isso, eles passaram pra escola a função deles de educar. Eles acham que a escola hoje tem que ensinar e educa, então eles si tornam ausentes pra não pegar essa responsabilidade de volta, eu penso que é isso, eles fogem da responsabilidade deles e jogam essa responsabilidade pra escola.*⁵⁰

Diante do primeiro relato, observa-se que a professora Elisânia Gomes acredita que os pais dos alunos procuram na escola um apoio, um amparo para auxiliá-los na solução de problemas, os quais os pais não conseguem solucionar sozinhos. Sendo assim, necessitam de ajuda para educá-los. Ademais, nota-se que esta depoente acredita que não há cobranças por parte dos pais como se a aprendizagem dos filhos fossem insignificantes para os mesmos.

Já no segundo depoimento, percebe-se um ponto de vista meio semelhante ao primeiro, uma vez que Maria Abadia Soares também acredita

⁴⁹ Elisânia Martins Gomes, professora de 5ª a 8ª série, leciona há 5 anos. Entrevista realizada no dia 13 de maio de 2003.

⁵⁰ Maria Abadia Soares, professora de pré a 4ª série, leciona há 12 anos. Entrevista realizada em 21 de maio de 2003.

que os pais delegam para a escola as responsabilidades que são deles, bem como fica explícito nas suas palavras que os pais acreditam que a função da escola é a de educar. Dessa forma, é como se os pais não estivesse nenhum papel na educação dos seus próprios filhos.

Como se percebe, há antagonismos, visto que as relações sociais as quais são estabelecidas nos locais de trabalho, nos bares, nos clubes, bem como no ambiente escolar, entre tantos outros, se instituem a partir de interesses e experiências diferenciadas, sendo assim, os sujeitos constituem expectativas distintas e até mesmo opostas.

Nessas relações conflituosas, nota-se que há professores que compreendem que os diversos motivos que fazem com que os pais levem seus filhos para as instituições de ensino e o não relacionamento direto e eficaz com as instituições escolares são questões bem mais complexas. Do que apenas a falta de compromisso e de vontade por parte dos pais, mas que faz parte do contexto histórico atual, bem como das relações capitalistas.

É o que demonstra a fala da professora Luiza Divina Ramos ao mencionar que:

(...) o próprio jeito que nós estamos vivendo, é a falta de trabalho, a falta de alimento que às vezes não si tem em casa (...) Tudo gerado pela forma que nós estamos vivendo no país, é por isso que o pais ficam distantes do ambiente escolar, eles pensam: a escola anda, a professora tá lá, dá a aula, eu tenho que tentar é sobreviver, né? Eu acho que a própria sobrevivência tá fazendo eles ficarem distantes (...) eu acredito que é o que estamos vivendo no momento hoje, porque cada um quer tentar é sobreviver mesmo! Você tá entendendo? Sobreviver! Pra sobreviver tem que ganhar dinheiro, pra comer tem que tê dinheiro, a escola aqui não paga nada, né? Não paga as contas no final do mês. Têm a professora, professora vêm, se a professora não tá dando aula, outra vai pro lugar, né?⁵¹

Nessa direção, verifica-se que a professora consegue visualizar como o problema é mais abrangente. Levando em consideração, o fato de que a própria sobrevivência está em jogo, uma vez que o desenvolvimento capitalista traz para uma grande parcela da população uma incerteza e uma insegurança

⁵¹ Luiza Divina Ramos, professora de pré a 4ª série, leciona a 20 anos. Entrevista realizada em 08 de junho de 2003.

quanto ao futuro. Daí, que a questão da sobrevivência faz parte não só da vida dos pais e dos alunos, mas também faz parte da própria vida da depoente.

Visto desta forma, pode-se dizer que os sujeitos estabelecem estratégias e práticas para enfrentarem as transformações advindas de um sistema perverso, inescrupuloso e desumano.

Ademais, nota-se que essas práticas é um valor incorporado pela maioria, uma vez que os trabalhadores apenas deixam de estar na escola para conseguirem viver. A vida de uma significativa parcela da população é precária, pois convivem com inúmeros problemas: saúde, moradia, alimentação irregular, alcoolismo, drogas, violência entre tantos outros. Assim, se hoje eles não possuem quase nada, entendem que através da educação o amanhã de seus filhos tem chances de melhorar e conseqüentemente esperam melhoras em suas vidas. Neste sentido, os pais acabam depositando na educação de seus filhos suas expectativas em torno de um futuro melhor.

Assim como uma parcela significativa da juventude brasileira, alguns trabalhadores vêem perspectivas de melhoria nas condições de vida e de trabalho através de um maior grau de escolaridade.

Também pôde ser constatado o quanto as estratégias são redimensionadas pelos pais dos alunos, os quais são trabalhadores e convivem cotidianamente com embates dentro do espaço no qual estão inseridos. E uma das causas é a exclusão. Pois, o próprio desenvolvimento do capitalismo, agrava os problemas sociais, uma vez que de acordo com Martins "o sistema econômico não se sente obrigado a pagar pelos problemas sociais que cria".⁵²

Dessa maneira, em meio há tantos conflitos, as respostas e as atitudes dos indivíduos tornam-se múltiplas.

Mas isso ocorre sempre quando os pais dos alunos têm que trabalharem para sustentarem a casa, o que de certa forma lhes impossibilitam de estarem presente nas escolas dos seus filhos. Em relação a esta questão a experiência do Sr. Francisco Teodoro, nos é significativa.

(...) eu acordo as seis horas da manhã pra ir pro trabalho, eu vou cedo, seis horas. A minha mulher também saí pra trabalha junto comigo, só que ela ainda tem que leva o nosso filho pra creche, né? Sabe é uma correria todo santo dia. Mas a gente têm que trabalha, precisa ganha o

⁵² MARTINS, José de Souza. Op. cit., p.30.

*dinheiro da gente, né? Então o Lucas que é o maiorzinho fica in casa sozinho, sabe? Depois ele vai pra escola, lá no Leôncio. Eu chego tarde in casa, porque às vezes faço serrão i minha mulher ainda cuida da casa, não é fácil não! Mais a gente vai levando, não tem outro jeito. I aí quando a gente chega não dá mais pra ir a escola, mas eu sei que ele tá bem, entende? Eu preocupo com o futuro deli, mas o que posso fazer? Si eu não trabalha ele nem pode ir à escola, intendi?*⁵³

A história da trajetória desse trabalhador nos coloca que ao trabalhar de segunda a sábado, oito horas ou mais por dia é algo muito cansativo, além do fato de ser mal remunerado. O reflexo disto vem no final do mês com tantas despesas para pagar. Dessa forma, para o senhor Francisco Teodoro, o trabalho é, como para tantas outras pessoas, sem dúvida, uma necessidade de sobrevivência. E sua ausência na escola não significa que o mesmo não se preocupa com a educação dos seus filhos. Mas percebe-se exatamente o contrário, ele tem entendimento e reconhece que é a partir do seu trabalho que seu filho ainda pode continuar estudando. Isso remete a pensar como a vida material influencia nas relações que os indivíduos estabelecem entre si. E assim os trabalhadores vão enfrentando seu dia-a-dia.

Nesta perspectiva, o Senhor Adejair Freitas diz reconhecer a importância das reuniões, considera as reuniões importantes, porém não pode deixar de trabalhar:

*(...) vou falar pra você, as reuniões é claro que são importantes, mais o fato de não ir lá, não quer dizer que sou um mau pai, né? Olha, chega um bilhete em casa pra reunião, geralmente é durante o dia, só que eu tenho que trabalha, si eu sair mais cedo, eu perco as horas, intendi? Assim, o salário já não dá, nem trabalhando todo dia, é um aperto só, eu tenho quatro filhos pra cria, então, se sabe que não dá pra perder horas de trabalho. Você sabe! Olha o desemprego como é que tá! Se eu não for hoje, amanhã já tem outro no meu lugar é assim, intendi? Então desse jeito que as coisas tá indo fica difícil!*⁵⁴

É preciso considerar as dificuldades características de famílias pobres e carentes como a do senhor Adejair Freitas e tantos outros trabalhadores em manter seus filhos na escola, desde a falta de estímulo e sobretudo a carência de recursos financeiros, tudo são limitações.

⁵³ Sr. Francisco Mendes Teodoro, 41 anos, mecânico, pai de um aluno que estuda na 4ª série, no turno da tarde. Entrevista realizada em 17 de abril de 2003.

⁵⁴ Sr. Adejair Pereira Freitas, 38 anos, motorista, pai de três filhos que estudam na escola Leôncio, 1ª, 3ª e 6ª série, no turno da tarde. Entrevista realizada em 10 de maio de 2003.

Ele afirma em sua fala que o fato de não ir à escola não significa necessariamente que não se preocupa com a educação de seus filhos. Demonstrando assim, que um pai pode ser carinhoso, prestativo, amigo, amável, responsável companheiro, sem no entanto, comparecer à escola.

Neste sentido, nota-se que há uma ambigüidade entre a fala do Sr. Adejair Freitas e a fala das professoras Elisânia Gomes e Maria Abadia Soares, visto que estas consideram os pais irresponsáveis e desinteressados em relação à educação dos filhos, pelo fato destes não comparecerem à escola.

Nesta fala, notamos que há uma certa indignação por parte do Sr. Adejair Freitas contra a maneira com que está a situação do país. Ele demonstra um certo receio de perder o seu emprego, fazendo com que se torne cada vez mais assíduo ao trabalho, uma vez que o desemprego é um dos principais problemas pelos quais a população brasileira está enfrentando atualmente.

Neste sentido, avaliando o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Datafolha concluiu em 22 de fevereiro de 2002 que:

O desemprego continua sendo apontado como o principal problema do país, citado por 32% dos brasileiros. A questão da segurança pública vem a seguir, com 21% das citações, taxa onze pontos superior a verificada em dezembro. Vêm a seguir a saúde (5%). ... A taxa dos que consideram a corrupção o principal problema do país passou de 7% em dezembro para 3% hoje.⁵⁵

Como se pode ver, a educação é apenas mais um dos diversos problemas que os brasileiros vem enfrentando. Isso explica em certo ponto o porquê de tanta insegurança em perder o emprego expressa nas palavras do Sr. Adejair Freitas deixando claro que, a partir do momento em que a insegurança se torna parte do seu cotidiano, já se estabelece o conflito de viver. Sendo assim, a sobrevivência é o fator mais relevante, o qual não deve ser desconsiderado, uma vez que é essencial para o entendimento e a compreensão das relações que se estabelecem entre os pais e a escola.

No decorrer das entrevistas, não foi percebido, nas argumentações dos entrevistados, que eles colocassem a culpa das dificuldades encontradas na

⁵⁵ Desemprego continua sendo o principal problema do país. In: < www.uol.com.br/datafolha>, 2002.

vida, como se isso fosse fruto da vontade de Deus, pelo contrário nota-se que os mesmos possuem uma certa compreensão a respeito das condições atuais que o país está enfrentando.

Quanto ao relacionamento entre os alunos, verifica também múltiplas visões, uma vez que estas são fruto das relações estabelecidas entre as pessoas, pois as experiências são singulares.

Cristina Aparecida Aleixo é professora de 5ª a 8ª série no turno manhã e tarde, trabalha na escola em apreço há 10 anos. Quando se refere ao relacionamento entre os alunos ela enfatiza os da 8ª série da seguinte forma:

(...) a geralmente essa fase de 8ª série é assim: tudo é lindo, tudo é maravilhoso, é muita amizade, muita alegria, eu vejo muito (pausa) é como eu diria! Assim eles têm uma facilidade muito de si relaciona, de conversa sobre os assuntos. As meninas lá, elas choram muito. É a época da paixão na vida delas, então, tem dia que elas chega pra gente assim: naquele choro que a gente pensa assim: gente o que aquela menina tá passando? (emoção) aí o meu namorado não mim viu, ele saiu com outra. Sabe? Cria drama em cima de coisinhas assim. Eu acho, sabe? Que é a fase da intensidade, eles amam muito, eles odeiam muito, né? Mas não vejo maiores problemas.⁵⁶

Com esse depoimento percebe-se que Cristina Aleixo tem um certo convívio mais direto, uma certa afinidade com os alunos da 8ª série. E deixa claro que os alunos possuem um bom relacionamento. E os problemas que surgem é apenas devido à fase pela qual estão passando, o que segundo a depoente é algo natural. Deve-se observar também que a escola possui somente o ensino fundamental, o que faz com que os alunos da referida série se sintam um pouco mais soltos e felizes, por estarem concluindo uma importante fase de suas vidas.

Nesta perspectiva a escola é um espaço onde as pessoas convivem e trocam experiências, sendo assim, há vários embates. É o que o depoimento da professora Célia de Araújo nos revela:

(...) eu acho que é assim, uma forma competitiva, i também acho que. Que eles não estão muito é. Eles não consegui socializar pra convivência. Eles socializam pra brincadeiras, pra correr, pra agir assim: muito di uma forma muito agressiva, eu num, eu não estou vendo a minha sala esse ano di uma forma assim: socialização convivência.

⁵⁶ Cristina Aparecida Aleixo. Professora de 5ª a 8ª série, leciona a 17 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

*Estou vendo muita confusão, muito atrito, muito assim: criança um mexe com o outro, um encosta no outro e já é motivo pra apela. Então assim: eu não estou vendo uma relação muito boa entre eles não.*⁵⁷

Vê-se, assim, na fala dessa depoente que as relações pessoais mantidas pelos alunos demonstram uma forte ausência de laços, uma vez que os estudantes não conseguem socializar. Segundo Célia de Araújo no ambiente escolar ela percebe muita confusão e atritos entre os mesmos.

É preciso levar em consideração que a competitividade com a qual convivemos no cotidiano, também não poderia deixar de estar presente no âmbito escolar, uma vez que este é um espaço que influencia, mas também recebe influências de outros meios.

Sendo assim, os relatos da professora Célia de Araújo e da professora Cristina Aleixo caracterizam-se pela ambigüidade, visto que as duas falas são contraditórias. Mas isso, nos leva a entender que as experiências de cada um são únicas e imutáveis. Dessa maneira, as visões são múltiplas, pois fazem parte de uma rede de relações de convívio.

Na realidade, é preciso pensar também na vida dessas pessoas. Inclui saber como são as formas de sobrevivência e as maneiras que utilizam para resistirem as normas e regras, que são contrárias aos seus interesses.

Ademais nota-se, que as ações e atitudes dos estudantes demonstram as insatisfações ao que está colocado: a escola enquanto espaço de educação. É o que se percebe na fala, no desabafo emocionante da professora Eleuza Silva.

(...) em geral entre eles é aquelas brincadeiras que eu tenho muito é que reprimir mesmo. É que eles fazem aqueles contratos entre eles, e aí bati o sinal, eles começam a dar chutes um no outro, pontapé e aí. Assim eu vou percebendo a questão do sinal mesmo, né? Toca o sinal, pareci que eles têm a necessidade não sei! Pareci que é de estravar, de colocar pra fora algum sentimento que tá ali represado. Eu acho essa, desde o ano passado que essa brincadeira, ela mim incomoda (...) Agora hoje em dia os contratos entre eles mudaram, né? (...) É uma combinação, um contrato mesmo. A senha é: hoje não (...) É uma forma de violência e que a gente tem que estar conversando com o menino, estar vendo o porquê daquilo. E um dia foi um negócio assim: foi meio que sintomático, deu o sinal e todo mundo si levantou e começou a se

⁵⁷ Célia de Araújo, professora de pré a 4ª série no turno da tarde, leciona a 20 anos. Entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

estapiar um ao outro i aquilo assim, passou de todos os limites, mim incomodo demais, né? Porque é uma coisa que, acho que eu não sei lidar com aquilo também! Aí eu sinto que é, que eu não fui preparada pra lidar com aquilo, né? (...) então assim: isso entra na questão de relacionamento assim, que é um relacionamento que eles têm entre eles, que eu enquanto professora di História, né? Queria até entender o porquê daquilo, né? (...) O porquê disso, o porquê dessa agressividade. Si é só uma brincadeira, o porquê dessa brincadeira, né? Eu acho que é uma coisa assim que mim remeti ao meu tempo di escola, né? Porque os contratos que eu tinha com os meus coleguinhas era diferente, pareci que era uma coisa mais ingênua, mais saudável, né? (...) Eu acho que essa questão assim, da teoria e da prática ela si choca, né? Então, si por um lado eu mim senti assim, é meio que na dúvida di qual procedimento melhor adotar naquela situação, naquela circunstância, por outro lado eu vejo que aquela teoria, né? Que a gente vê, que o professor têm que formar o aluno, passar uma visão crítica, preparar ele pra enfrentar os problemas, na verdade isso está muito no campo teórico, porque na prática a realidade é outra, né? (...) Porque o dia que eu reprimi os meninos assim, eu sei que eu fui muito dura com eles, eu não soube assim, acho que mim controlar, primeiro acho que por causa da preocupação que eu tive, di acontecer algo mais grave, i depois também fui mi questionar. Eu fiquei pensando: gente será que eu fui repressora? Porque entra aquela questão, aquela coisa assim: do professor que é autoritário, i do professor que têm autoridade, né? (...) Tem também cobranças sociais, né?⁵⁸

A narrativa desta professora remete a várias questões, ela consegue visualizar com bastante nitidez alguns detalhes e comportamentos dos estudantes. Verifica-se que o relacionamento entre eles é algo que abrange diversas coisas, bem como vai além do que aparenta ser, sendo portanto, complexo. Neste sentido, o historiador deve estar atento, para conseguir compreender a rede de relações que se faz presente no ambiente escolar.

Os estudantes conforme citou a Sra. Eleuza Silva possuem contratos efetivos entre eles. Utilizam-se de códigos de sinais e até mesmo possuem senhas. Olhando por este viés, nota-se que há um relacionamento instigante entre eles. Pode-se dizer que para conseguirem resistir ao que é imposto, eles utilizam-se de estratégias, de táticas, para demonstrarem sua insatisfação, seu desagrado.

Como afirma a professora: “eles colocam pra fora os sentimentos represados”. À primeira vista, parece que há uma falta de laços entre os estudantes, mas na verdade, fica claro que os alunos não conseguiriam agir

⁵⁸ Eleusa Andrade Silva, professora de 5ª a 8ª série, leciona a 8 anos. Entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

todos ao mesmo tempo, se não houvesse uma grande afinidade entre os mesmos.

Deve-se levar em consideração que mesmo utilizando brincadeiras agressivas, os estudantes possuem contratos efetivos e reais. Pelo menos parece que estes funcionam. Mas para funcionarem têm que haver uma certa cumplicidade, um diálogo e confiança um no outro. Pois durante a entrevista desta professora percebe-se, que os alunos são companheiros, haja visto que uns não entregam os outros.

Isto pode estar intrinsecamente relacionado ao fato de como afirma a professora, de haver cobranças sociais, uma vez que estas são inúmeras.

A comunidade geralmente cobra dos professores que estes tenham competência e responsabilidade perante os alunos, bem como perante o quê se está ensinando. Além disso, os professores não podem fazer tudo da forma como desejam, pois tem que cumprir com o que já está estabelecido pelos órgãos competentes e pela sociedade. Além do mais, se houver algum tipo de problema na sala de aula, a comunidade escolar, assim como os demais funcionários da instituição de ensino tendem a cobrar do professor, chegando até mesmo a considerá-lo incapaz de exercer tal profissão.

Na fala dessa professora observa-se que esta ficou se questionando, refletindo sobre a situação, uma vez que não conseguiu se controlar, e neste momento nota-se que os alunos conseguiram alcançar de uma forma ou de outra seus objetivos, revelando sua intolerância e insatisfação, bem como evidenciaram suas próprias forças no coletivo.

Nesse espaço conflituoso, há várias formas de resistências encontradas pelos alunos, desde as mais simples até as mais ousadas. É o que se nota na fala dos professores entrevistados, os quais conseguem perceber indícios de resistência nas simples ações.

Rosa Gonçalves é professora de 5ª a 8ª série e revela sua percepção sobre os pequenos sinais que ela considera como sendo uma forma de resistência por parte dos alunos no espaço da sala de aula, contra os professores e a escola, haja visto que estes não satisfazem aos anseios dos mesmos.

*(...) Eu percebo assim, eu vejo assim, há uma falta de valor muito grande nos meninos, uma apatia muito grande com relação ao estudo. É claro que é pelo fato de ter feito o curso de História. Eu também vou vendo essa apatia também como forma de resistência. O aluno chega i toda aula mim pedi pra ir ao banheiro, pra tomar água, eu sei que aquilo é uma forma dele demonstra sua insatisfação, uma escola que não atendi os interesses delis, com aulas que também não atendi. Por vários motivos, porque também si a gente for ficar falando assim: à o aluno não está interessado na aula, i aí fica parecendo que a culpa é do professor, que é ele que não tem competência. Acho que a gente não pode nivelar aí a discussão nesse nível, né? A gente não podia coloca a culpa nos professores, porque senão a gente vai tá acabando di confirmar o que o Estado quer, né?*⁵⁹

Diante da fala desta professora nota-se, que no cotidiano da vida escolar, os estudantes se opõem as aulas, utilizando para tanto estratégias sutis, e perspicazes. Tais oposições são reais, uma vez que os estudantes rejeitam as aulas recriando formas culturais que lhes dão algum grau de poder no ambiente escolar.

A consideração de Rosa Maria, também deixa nos explícito que ela não compactua com os interesses do Estado. Pelo contrário, nota-se que ela possui uma visão clara acerca das reais intenções dos detentores do poder. Estes, desejam que a comunidade acredite que o problema da qualidade do ensino é devido à falta de competência dos profissionais que atuam no âmbito escolar, bem como tentam colocar a responsabilidade também no próprio indivíduo, ou seja, volta-se o discurso da meritocracia, onde o sucesso ou insucesso do indivíduo depende exclusivamente de sua força de vontade, vence-se assim, aquele que mais se esforçar.

Torna-se significativo ressaltar ainda, que a classe subalterna não se submete passivamente aos dismantelamentos que lhes são impostos, ou seja, não aceitam a condição de mando e obediência, visto que os menos favorecidos reelaboram⁶⁰ o discurso oficial. Em relação a educação tentam valer-se dela como canal de mobilidade e ascensão social, por meio da

⁵⁹ Rosa Maria Gonçalves. Professora de 5ª a 8ª série, leciona a 17 anos. Entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

⁶⁰ Embora haja uma tentativa de conformação com uma cultura dita vencedora, há sempre ruptura e descontinuidade, isto é, há uma reelaboração por parte dos receptores, não há uma recepção passiva, mas ativa. MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

obtenção de um certificado de nível superior, o qual possa lhe oferecer melhores chances no mercado de trabalho.

Entende-se portanto, que as relações sociais não ocorrem sem contradições, sem problemas, sem os limites impostos pela realidade, numa palavra sem luta. Só que esta luta não ocorre de forma direta. Nela esta submersa os desejos antagônicos dos indivíduos. As pessoas se vêem como se estivessem em uma competição constante, em um campo de batalha; na qual a vitória tem que ser o único resultado possível. Não importa porém, se os meios utilizados para tal fim são lícitos ou não.

Durante as entrevistas, observa-se que tanto os professores quanto os alunos percebem o descaso das autoridades competentes perante a educação. Uma boa parcela se indignam ao relatar sobre os principais problemas que afetam à aprendizagem dos estudantes. É o que fica explícito nas palavras do professor Rodrigo, quando se refere ao excessivo número de alunos por sala.

(...) Nas salas de aulas têm uma média de uns 35 alunos mais ou menos, eu acho que é um número alto se a gente for considerar a questão da educação, do desinteresse, não é nem desinteresse, né? É a falta de investimento. I eu vou percebendo também que acho que a questão familiar hoje em dia. Acho que acaba influenciando no trabalho do professor (...) Com relação ao próprio número de alunos por sala 35 por exemplo. A 6ª I tem 36 alunos, é um número muito alto, a 5ª I também pareci que tá nessa média, lá não cabe mais ninguém, têm aluno que já tá praticamente em cima do professor, não têm nem como a gente circular pela sala. Isso atrapalha tanto no trabalho do professor quanto no próprio aprendizado do aluno, né? Porque são alunos que são o quê? Eles estão entrando na adolescência, isso já mexi com a cabeça do aluno, né? Tem questões físicas, biológicas, questões sociais, né? A sexualidade aflorando. Uma escola que não tem muitos recursos, você tem que trabalha mesmo é com o livro didático, né? Então isso acaba interferindo, né? Não tem como! O professor é ser humano, entendi?⁶¹

Assim, como outros profissionais da educação Rodrigo Barcelos coloca o problema do excessivo número de alunos por sala, como sendo falta de investimentos por parte das autoridades competentes. Isso suscita outros problemas como: a falta de vagas nas escolas, de infra-estrutura, de materiais

⁶¹ Rodrigo Barcelos, professor de 5ª a 8ª série, leciona a 10 anos. Entrevista realizada em 28 de maio de 2003.

didáticos pedagógicos, às más condições de trabalho, os baixos salários dos profissionais que atuam na educação dentre tantos outros.

Daí, nota-se que os inúmeros problemas que afetam o ambiente escolar, assim como, a questão familiar interfere no trabalho do professor, bem como recai diretamente no processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a experiência da professora Vânia Lopes, nos faz pensar em uma outra problemática que, segundo ela, influencia diretamente na aprendizagem dos alunos. Ao falar de suas impressões, coloca o seguinte:

(...) eu acho assim, que eles tem uma facilidade de aprendizagem. Só que há assim, muito pouco interesse em tá aprendendo. Eles não demonstram nem um tipo de interesse em ti pergunta além daquilo que você tá falando pra ele. Você falou ele ti escuta i absorvi, i pronto (...) Eu acho que atualmente assim: a informação tá muito acessível pra eles, então acho que eles não vêem novidade no que a gente fala pra eles em sala di aula, né? Apesar deli não domina o conteúdo, ele agi assim: isso aí eu já vi, isso aí eu já sei, entendeu? Então eu acho assim: não sei si falta recurso pra gente ou falta pra ele maturidade di sabe que aquela informação que tá aí em qualquer lugar que ele for busca solta, que si ele não pega ela i liga. Pra ele não vai te serventia nenhuma. I não servi mesmo (...) I no entanto, eles si acham assim: que sabe tudo. Pra mim pareci que ele não vê incentivo, função em aprende isso. É como si fosse uma coisa inútil pra ele.⁶²

As suas palavras denotam que a professora não possui uma certeza sobre os reais motivos que levam os alunos à não se interessarem pelas aulas. Porém, culpa se os alunos. Como se estes não estivessem maturidade suficiente para aprenderem sem o auxílio dos professores e consequentemente da escola. Nesse sentido, é como se os alunos fossem guiados e dependentes das instituições de ensino. Sem a qual não saberiam o que fazer com as informações adquiridas fora do ambiente escolar.

Nesta perspectiva, observa-se que os estudantes pode estar sendo considerados como incapazes, necessitando assim, de alguém tido como capaz para guiá-los, para orientá-los.

Diferentemente da análise do professor Rodrigo que ao ser indagado demonstrou uma certa certeza, atribuindo as responsabilidades aos órgãos competentes e principalmente as famílias , quando afirma que “I eu vou

⁶² Vânia Lopes, professora de pré a 4ª série, leciona a 14 anos. Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2003.

percebendo também que acho que a questão familiar hoje em dia"! É como se os pais não estivessem conseguindo lidar com os próprios filhos, como se a estrutura familiar estivesse abalada, desagregada, ou seja, é como se o próprio conceito de família estivesse alterado historicamente.

Já de acordo com a professora Vânia Lopes, o principal motivo da falta de interesse nas aulas por parte dos alunos, encontra-se nas facilidades do cotidiano, especialmente nas inovações tecnológicas, as quais estão disponíveis. Mas, somente para um reduzido número de pessoas. Daí, ela observa um excesso de informações ao mesmo tempo. Informações estas que do ponto de vista da depoente são mais agradáveis e mais fáceis de serem absorvidas. No entanto, de acordo com a citada professora não possuem resultados reais na vida desses adolescentes, já que segundo ela, estes não possuem maturidade suficiente para processarem as informações que estão disponíveis nos diversos locais.

Deve-se levar em consideração que as facilidades e excessos de informações existem. Porém, só os mais favorecidos é que realmente usufruem os efetivos benefícios que a tecnologia pode oferecer. Crê que a maioria dos estudantes não possui por exemplo um computador em suas residências, uma vez que nem mesmo conseguem assinar um jornal ou uma revista, já que uma significativa parcela da população, não consegue sequer obter uma alimentação digna para sua sobrevivência.

Vê-se também, que as famílias são geralmente numerosas e desprovidas de recursos básicos, tanto na maneira de se vestirem, quanto na de se portarem.

Existem grandes parcelas de trabalhadores que ainda não conseguiram realizar o sonho da casa própria, devido uma série de entraves, principalmente por causa da baixa faixa salarial na qual se encontram, o que lhes impedem de adquirirem sua casa, uma vez que não se enquadram nem nos critérios exigidos pela Caixa Econômica Federal.

Diante dessa conjuntura, os estudantes da referida escola podem ter sim, um excesso de informações. Porém estas vem dos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão e do rádio, bem como das relações estabelecidas no cotidiano. É preciso levar em consideração também que a função da escola não é a de informar, mas sim de produzir conhecimento.

Acredita-se, que isso influencia, mas no entanto, os reais problemas olhando dessa maneira ficam camuflados, encobre-se assim, as responsabilidades dos governantes perante tal situação, bem como a dos professores, visto que no interior das instituições de ensino há relações sociais. Este local é portanto, um terreno importante para serem desenvolvidas ações significativas.

Neste sentido, segundo Michael Apple é necessário que haja "a compreensão da conexão entre a educação e as esferas ideológicas, política e econômica da sociedade e qual a parte da escola em cada uma delas".⁶³

Nesta perspectiva, ainda de acordo com este mesmo autor, as escolas são instituições culturais e econômicas, as quais refletem as mudanças no processo de trabalho, na cultura e na legitimidade, devido a isto, as escolas também sofrem sérias críticas, assim como as outras instituições. Tais críticas, no âmbito educacional são porque os indivíduos percebem que as instituições de ensino não refletem a democracia e a igualdade que muitos gostariam que fosse.

Nota-se, na fala dos professores que o sistema educacional de ensino é um elemento importante na manutenção das relações existentes de dominação e exploração nas sociedades, porque há interesses em manter as relações sempre desiguais.

E, pensando nisso, é relevante considerar que os governantes tentam através de discursos safar-se de suas obrigações. Porém, os sujeitos vão enfrentando a luta diária e ao mesmo tempo tecendo relações e práticas que influenciam nas mudanças de valores individuais de acordo com o viver de cada um.

À medida que outros valores vão sendo incorporados e reelaborados por esses sujeitos, a visão acerca dos problemas vai sendo reformulada.

Lucélia Santos também faz parte do grupo de professores de 5ª a 8ª série, que atuam na escola Professor Leôncio. Ela depara-se com uma falta de equilíbrio nas ações dos governantes, é o que indica a sua fala ao mencionar que:

⁶³ APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 25.

*(...) uma coisa que me incomoda é a falta de autonomia... Eles acham que sempre devemos pedir permissão. E na verdade, eles sequer sabem como funciona uma escola. Outra coisa é o descaso deste poder público para com os serviços emergenciais ... Vivenciamos uma situação em que uma escola que atende quase dois mil alunos, trabalha hoje sem sequer um computador. Enquanto que outras escolas que atendem no máximo cento e oitenta alunos (zona rural) têm laboratórios de informática, ou seja, trinta computadores, sendo que o maior número de alunos por sala é vinte. Esta falta de equilíbrio administrativo me irrita.*⁶⁴

Estas questões, vêm à tona e nos faz perceber o quanto esta depoente observa os mínimos detalhes que caracterizam uma má administração pública. Desde as questões do cotidiano, até as mais complexas. Neste caso, Lucélia Santos se sente incomodada diante da situação com a qual tem que lidar. A falta de autonomia em seu viver, no seu cotidiano a irrita. Segundo ela, os governantes sequer sabem como é o funcionamento interno de uma instituição de ensino. Mas, no entanto, colocam normas e regras, com o intuito de serem seguidas.

Com esse depoimento, nota-se que tais regras vêm de cima para baixo, sem haver uma preocupação por parte das autoridades competentes, em saber se tais normas e regras representam a vontade da maioria da população. Portanto, Lucélia Santos acredita que na atual administração pública falta equilíbrio e transparência nas ações implementadas pelos governantes.

Já dona Dirce Gonçalves, cabeleireira, é mãe de quatro filhos, sendo que apenas dois são estudantes, ela exprime o seu ponto de vista em relação à educação.

(...) É! A educação aqui no Brasil tinha que melhora muito, melhora bastante mesmo! Acho que as autoridades competentes têm que investi mais, pra te menos violência, pra te menos meninos de rua, né? Te menos drogas. Tem que te mais incentivo, né? Porque si fize uma base boa, quando as crianças tá pequenas, aí dá base (...) Então a base é essencial! Si eles investi na base, você intendi, né? Investi do começo,

⁶⁴ Lucélia Dias Santos, professora de 5ª a 8ª série, leciona a 13 anos. Entrevista realizada em 14 de março de 2003.

*né? Com força total mesmo. Então eu creio que o futuro da educação no Brasil pode ser muito boa!*⁶⁵

Fica evidente, que dona Dirce Gonçalves entende que deve haver um maior investimento na educação por parte das autoridades competentes. Devendo os mesmos levar a educação a sério, bem como há a necessidade de haver uma reestruturação no ensino, começando pela “base”. Dona Dirce Gonçalves ainda esclarece mais quando afirma que:

*(...) As autoridades tem que investir bastante, né?(...) Si eu fosse por exemplo um prefeito, um governo, um deputado, um vereador, qualquer coisa assim. Eu teria a idéia assim ó! Um lugar a onde as crianças ficariam no outro turno que não estão na escola. Porque eu sei que dinheiro pra pagar eles têm. Isto eu tenho certeza absoluta. Eles num fala que o caixa tá vazio, que o caixa tá baixo não! Porque eu não acredito. Eu sou uma semi analfabeta, mas eu to por dentro de tudo, não sou burra. Sabe eu to por dentro de tudo! (...) eu criaria um modelo de primeiro mundo. Ficaria muito bom, sabe? Si eu fosse autoridade eu daria essa idéia e lutaria pra isso (...) I não é diz que aqui no Brasil, os governantes não têm capacidade di fazer isso porque não têm verba. Têm, Têm sim! Têm, é só eles pôr cerca nessas verbas que sai aí pra fora voando! Que aqui fica um país de primeiro mundo. Nós vira um país modelo. Porque aqui no Brasil têm muito, assim: os educadores são muito inteligentes, capacitados, porque se não fosse eles não conseguiam fazer o que fazem sem nenhum incentivo, né? (...) Então tá faltando é as autoridades bota umas cerquinhas por aí, né? Nessas divisas aí, a onde o nosso dinheirinho tá voando pra fora, você entendeu? I cuida de nós aqui dentro, que essa marginalidade acaba, pro cê vê no Rio de Janeiro (...) como é que o cê vai num lugar daquele. O que falta num lugar daquele? Educação, educação!*⁶⁶

Ao falar sobre as suas impressões em relação às autoridades competentes, ela exprime sua revolta e indignação perante o que está colocado no país, bem como remete a alguns problemas enfrentados pela população brasileira.

Acredito que a riqueza do trabalho encontra-se justamente aí, nesse emaranhado de discursos, de práticas e de diferentes e contraditórias impressões que são fruto de experiências de cada sujeito e com as quais tenho que lidar.

⁶⁵ Dona Dirce Maria Gonçalves, 58 anos, cabeleireira, mãe de dois alunos da escola Leôncio que estudam na 5ª e 7ª série. Entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

⁶⁶ Dona Dirce Maria Gonçalves, 58 anos, cabeleireira, mãe de dois alunos da escola Leôncio que estudam na 5ª e 7ª série. Entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

Dona Dirce Gonçalves, vê que o maior problema da educação está na falta de investimentos, na falta de compromisso e principalmente na falta de vontade política. Segundo ela as crianças necessitam de uma educação mais ampla, mais eficaz. Além de ter certeza, como ela mesma afirma, que não existe falta de verbas para financiar uma boa educação no Brasil. E ainda consegue visualizar e relacionar o tipo de educação que é oferecida aos filhos dos trabalhadores em nosso país, com o ensino oferecido nos países de primeiro mundo, bem como perceber que o discurso feito pelos governantes brasileiros, estão bem distantes da realidade com a qual convivem umas grandes parcela de indivíduos no país, visto que estes são a maioria que se integram à massa de sobrantes e excluídos, em meio a uma minoria que vive privilegiada, como diz dona Dirce que usufrui o nosso “dinheirinho”.

“Verbas têm, têm sim!” Essa certeza com que expressa dona Dirce Gonçalves é bastante elucidativa, demonstra que está convicta do que está afirmando e ainda diz mais: “é só eles por cerca nessas verbas que sai aí pra fora voando”. Com isso, ela reporta para um sério problema que é a corrupção que existe em nosso país. Sendo assim, diante da sua fala observa-se, que a mesma acredita que se houver uma política séria que acabe com esse problema, os demais serão resolvidos conjuntamente.

Além disso, ela ainda faz um apelo para as autoridades competentes quando diz: “cuida de nós aqui dentro”. Isso demonstra que viver o dia-a-dia, não está sendo nada fácil, em virtude de uns poucos que são incompetentes, gananciosos e inescrupulosos.

No entanto, em sua visão, nem tudo é problema e falta de compromisso, pois para resolver as dificuldades ela demonstra alternativas e exemplos, os quais podem ser seguidos. Bem como elogia o trabalho que é realizado pelos nossos educadores, reconhecendo que as pedras no caminho destes são inúmeras. Mas isto, não lhes impedem de fazerem sua parte, visto que ela acredita na capacidade de cada ser humano.

Ademais, é interessante ressaltar que ela em momento algum demonstrou nenhum tipo de insegurança em relação aquilo que estava dizendo. Bem pelo contrário, ela colocou para fora exatamente tudo aquilo que lhe afligi, sua angústia, seus sentimentos que pareciam estar represados. Acredito, que ela quis se valer daquele momento único, para extravasar e ver

se suas idéias poderiam ser utilizadas de alguma maneira, como uma contribuição em prol de algum tipo de mudança.

Porém, isto nos remete a pensar que mesmo se houvesse um investimento no setor educacional, certamente as expectativas das pessoas não seriam completamente sanadas, uma vez que há conflitos submersos, os quais não seriam solucionados apenas com os investimentos do governo.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: INFLUÊNCIAS SOBRE O ENSINO E O SOCIAL

Vive-se um novo tempo, um novo espaço, um tempo de mudanças. Conforme o entendimento de Algate. Este autor refere a mudança como sendo processo, sujeito a obstáculos pelas elites e pelo Estado, sobretudo a revolução inspirada no neoliberalismo. Revolução segundo ele é “a quebra repentina e de longo alcance na continuidade do desenvolvimento de um sistema social”.⁶⁷

É um tempo de incerteza, dúvidas e crises. Crise do modelo sócio econômico, dos paradigmas, do Estado, dos valores e da cultura. Como afirma Flecha “a crise dos valores baseia-se em um discurso conservador (...), postula o desaparecimento dos valores e culpa pela situação determinados coletivos, por exemplo, os jovens”.⁶⁸ Ainda de acordo com este autor a crise nos valores, não é devido à imposição do sistema social ao indivíduo, mas sim pela inexistência de uma única forma de vida e pensamento. Crise não apenas no sentido negativo do termo, mas também como crescimento, assim como o risco e a incerteza, fazem parte de nossas vidas. Dirá Bourdieu:

*o mundo é o que é, com os efeitos imediatamente visíveis do funcionamento da grande utopia neoliberal: não só a miséria e o sofrimento de uma fração cada vez maior das sociedades mais avançadas economicamente, o agravamento extraordinário das diferenças entre as rendas, (...) e sobretudo pela destruição de todas as instâncias coletivas capazes de resistir aos efeitos da máquina infernal, entre as quais o Estado está em primeiro lugar (...), instaura a luta de todas contra todos e o cinismo como norma de todas as práticas.*⁶⁹

⁶⁷ Entenda obstáculos como sendo difícil de superá-lo, visto que não estão no âmbito das dificuldades materiais, mas das idéias, da consciência e dos valores intrínsecos do homem. ALGATE, Roberto. **A escola e desenvolvimento humano: da cooptação política à consciência crítica**. Brasília: Ed. Livre, 1994. p. 189.

⁶⁸ FLECHA, Ramón e TORTAJADA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In.: IMBERNÓN, Francisco (org). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. p.25.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 p. 144-45.

Como se percebe o Estado⁷⁰ não cumpre mais o dever de zelar pelo bem estar dos indivíduos, cuidando da saúde, segurança, educação dentre outros; pelo contrário, o Estado se tornou um agente representante dos objetivos e interesses do grande capital internacional, que entra no país através da ideologia neoliberal.

Assim sendo, o Estado passa a fazer das pessoas, consumidoras, e a própria educação está dentro deste aspecto, visto que o Estado, em parte devido aos seus interesses, e em parte devido aos interesses do mercado internacional, tenta adequar a educação pública nacional aos domínios e necessidades do mercado. No entanto, apesar do ensino ser vital para as pessoas, bem como para os setores produtivos, as políticas educacionais não são satisfatórias, ou seja, não são levadas a sério. Neste sentido Bourdieu é enfático:

*Basta pensar apenas, para dar a medida da omissão, no sistema de ensino que nunca é levado em **conta enquanto tal**, numa época em que ele tem um papel determinante tanto na produção dos bens e dos serviços quanto na produção dos produtores. (grifo do autor).⁷¹*

É interessante notar de acordo com Gentili, como o neoliberalismo não se constitui apenas como um sistema econômico, mas como um complexo processo de construção hegemônica. E para se manter procura construir consenso, através da pretensa idéia de resolver os problemas da humanidade. As consequências dessas práticas neoliberais são as mais perversas possíveis, segundo Bourdieu leva até mesmo as pessoas ao desespero quando afirma que: “uma das razões do desespero de todas essas pessoas, está no fato de que o Estado se retirou, ou esteve se retirando, de um certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável (...)”.⁷²

Diante disto, a educação não está imune às consequências do modelo implementado pela classe dominante, e isso reflete principalmente nos países

⁷⁰ Entenda a questão do poder do Estado, sob suposição de que a obtenção do consenso e a implementação de medidas que garantam certa representação de interesses não estão isentas de atos de força ou coerção, tampouco estão isentas de relações de dominação e exploração. (TORRES:1996 apud GERMANO: 1996).

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p.136.

⁷² Idem. p.10.

subdesenvolvidos, haja vista que o neoliberalismo é exercido e defendido principalmente pelos países altamente desenvolvidos, manipulando das diversas maneiras possíveis, os países do terceiro mundo.

Essa manipulação é feita não só sobre a educação, mas também sobre a política, a economia, as instituições jurídicas, enfim, ditando diretrizes e tentando adequar à lógica do mercado, como salienta Gentili, que considera o neoliberalismo como sendo:

Uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional etc. e, por outro lado, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades.⁷³

Como podemos observar, a abrangência do neoliberalismo possui uma dimensão bem maior do que se imagina, uma vez que os países subdesenvolvidos não possuem uma economia forte, tornam-se os primeiros alvos das práticas neoliberais, sendo mais fáceis de submeterem aos mandos e desmandos dos detentores do poder, dentro da ótica neoliberal.

Neste sentido, o programa de reforma institucional da escola, que está colocado pela política educacional neoliberal do nosso atual governo, propõe que as escolas funcionem como empresas produtoras de serviços educacionais, para que coloquem no mercado seus produtos, obedecendo às regras de controle da qualidade e produtividade.

Nesta perspectiva Gentili assinala que a educação instrumentalizaria o cliente para poder competir no mercado. Joga-se a responsabilidade do sucesso ou do insucesso no próprio indivíduo. Volta-se o discurso da meritocracia, vence aquele que mais se esforçar e batalhar.

E os resultados destas intervenções são as piores possíveis, ou seja, um ensino com péssima qualidade, uma quantidade enorme de excluídos, vivendo

⁷³ GENTILLI, Pablo (org). Neoliberalismo e Educação: Manual do usuário. In.: et alli. **Escola. S.A.: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília. CNTE, 1996. p.9.

em condições degradantes, além de outras séries de dismantelamentos sociais.

Configurado dessa maneira sabe-se que esse modelo de desenvolvimento neoliberal, gerou muita riqueza, mas não reduziu a pobreza no mundo, nem a desigualdade entre os seres humanos. Ao contrário, as desigualdades entre os países ricos e os países pobres aumentaram e os indicadores brasileiros não fogem à regra. Neste sentido convém ressaltar que os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE entre 1992 e 1999 conclui-se que:

No período analisado, a distância entre ricos e pobres no Brasil aumentou ainda mais. A camada mais baixa da população precisa trabalhar em média quase três anos para atingir o rendimento médio mensal da camada mais rica. É uma das distribuições de riqueza mais injustas do mundo.⁷⁴

Fica claro, portanto, que essa política vigente e implementada pelos detentores do poder é dualista, ou seja, há os integrados e a maioria é excluída. Estes convivem com a miséria e a discriminação social. Daí que segundo Gentili: “A educação para o emprego pregado pelos profetas neoliberais, quando aplicada ao conjunto das maiorias excluídas, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalização”.⁷⁵

Porém, nota-se que há um discurso da classe dominante, a qual utiliza-se de uma retórica, na tentativa de convencer as pessoas, transformando segundo Gentili, o senso comum, ou seja, há a construção e a difusão de um novo senso comum, o qual possui coerência, sentido e uma certa legitimidade. Assim, os setores dominantes se utilizaram não só do discurso, mas também do poder, da violência, do preconceito, buscando eliminar o “mal” – a mendicância, o ócio – por não fazer parte de uma realidade condizente com a imagem elaborada pelo discurso oficial.

Dessa forma, tendo em vista a análise acerca dos dados das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia novembro de 2001 -

⁷⁴ MENDONÇA, Ricardo In: **Revista Veja**. O grande desafio: Balanço social do IBGE mostra avanços em várias áreas, exceto na distribuição da renda. 11 de abril, 2001, p.48.

⁷⁵ GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública. A desordem neoliberal, A violência do mercado e o Destino da Educação das Maiorias. In.: **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Petrópolis. 1996. p.249

UFU⁷⁶, nota-se que o município de Uberlândia é uma cidade com inúmeros e fortes contrastes.

Sendo, portanto, um centro regional consolidado, com uma economia razoável, além de um significativo poder de trazer para si imigrantes. No entanto, convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população – aproximadamente 53,8 mil pessoas – sobrevivem com renda per capita abaixo da linha de indigência.⁷⁷

É só caminharmos pelas ruas e avenidas da cidade para constataremos tal realidade, principalmente nos bairros mais afastados do centro da cidade, onde deparamos, corriqueiramente, com inúmeros problemas como: a falta de infra-estrutura, falta de moradia decente, de assistência médica hospitalar, de educação, como também de água, energia elétrica e transporte coletivo entre tantos outros.

Ademais, as pequenas ocupações, os barracos e os conjuntos habitacionais contrastam-se com os condomínios fechados e as mansões no meio urbano, inclusive tem também algumas chácaras neste meio. Dando, assim, uma grande diversidade ao viver uberlandense. Percebe-se, assim, uma luta, uma disputa diária por um espaço, por direitos sociais, pela dignidade, em suma, pela sobrevivência.

Daí, nota-se que a urbanização acelerada, sem a preocupação com uma infra-estrutura ideal, bem como devido à especulação imobiliária que se observa no município de Uberlândia, concomitantemente com as políticas concentradoras de renda acentuaram a exclusão social, a insegurança e a violência, reduzindo a qualidade de vida da população que vive nesse município.

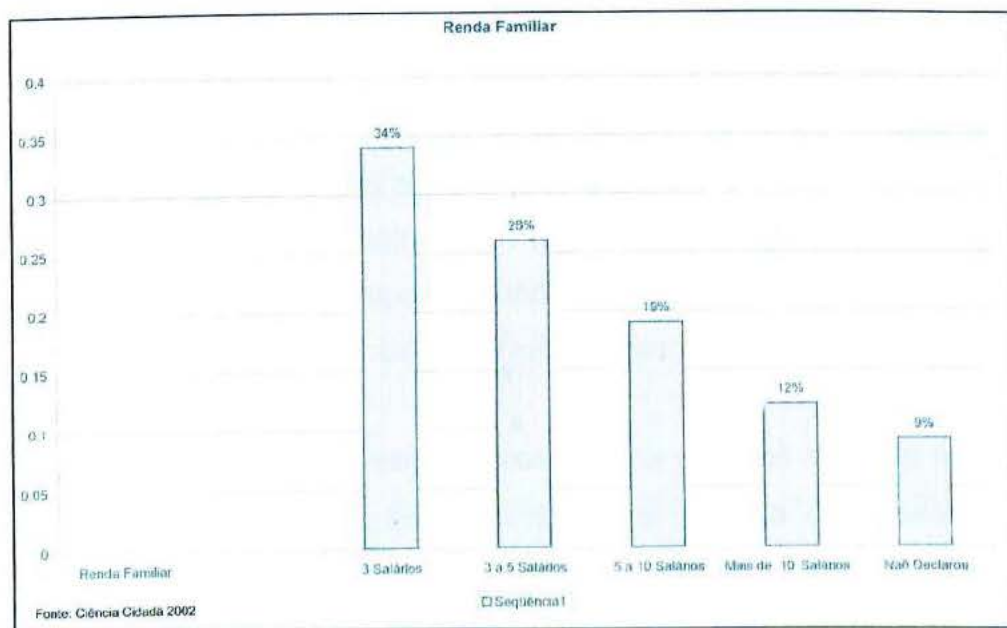
Essa tendência de privilegiar o topo da pirâmide social, faz com que cada vez mais famílias fiquem sem o mínimo necessário à sobrevivência.

⁷⁶ LEME, H. J. de C, NEDER. H. D (coord.) Op. cit. p.02.

⁷⁷ A linha de indigência corresponde, unicamente ao valor da cesta de alimentos, já a linha de pobreza calculada pela pesquisa da UFU, leva em conta as despesas com aluguel, com vestuário, saúde e educação. Idem. p. 57 a 61.

Diante desse quadro, percebe-se que a realidade dos moradores do bairro Planalto não é muito diversa dos modos de viver da maioria dos moradores da cidade de Uberlândia.

Vejamos este gráfico, o qual nos permite fazer algumas análises acerca da renda familiar dos moradores do bairro em questão.



Diante deste quadro, entende-se que uma grande parcela dos indivíduos que moram neste bairro possuem uma renda familiar de até três salários mínimos mensais – cerca de 34%. Já 26% das famílias ganham entre três e cinco salários mínimos por mês. E apenas 12% ganham mais e de dez salários mínimos mensais. Mas é apenas uma pequena parcela que usufruem uma melhor qualidade de vida. E a maioria como é que estão vivendo?

No entanto, observa-se que estes dados podem ser analisados com um outro olhar, que nos permite uma outra compreensão a respeito dos mesmos.

Se considerarmos estas grandezas apenas do ponto de vista mensurável, elas nos deixam inúmeras lacunas, uma vez que os modos de viver são infinitos e diversos, não devendo, às vezes, portanto, ser considerados como uma categoria estanque, uniforme. Mas sim, deve ser considerado em um contexto mais amplo, pois o viver das pessoas é bem mais complexo.

Nota-se, assim, que estes dados não nos revelam por exemplo, quantas pessoas trabalham em cada residência, já que a renda é familiar; bem como quais tipos de atividades lhes permitem obter estes salários.

Além disso, eles nos deixam a desejar, uma vez que não nos esclarece se a esposa e os filhos menores dos pais de família, também necessitam trabalhar para ajudarem no sustento da casa.

É importante ressaltar também que a mulher se inseriu no mercado de trabalho, a partir do momento em que as condições financeiras das famílias foram se tornando exíguas, sendo portanto, necessário completar o orçamento familiar. Porém, isto trouxe alguns agravantes no tocante às responsabilidades perante o lar. Diante disto, a mulher tem que se desdobrar para conseguir cumprir com seus deveres de esposa, dona de casa e mãe. Desta forma, a mulher geralmente, possui uma dupla jornada, bem como lhe cabe ainda a função de educar os filhos.

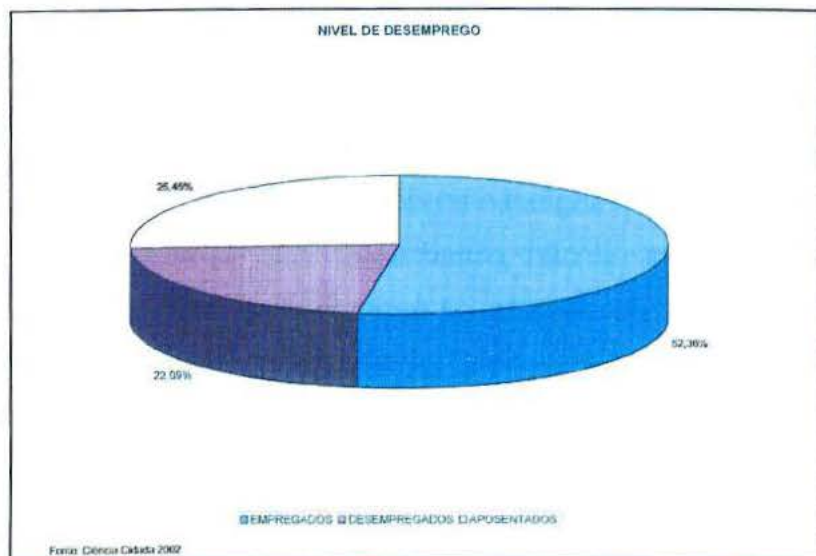
Desta maneira, os dados acima apresentados não nos revelam que as mulheres necessitam trabalhar. Além do mais, na maioria das vezes são obrigadas a deixarem seus filhos nas creches, quando estas conseguem vagas. Só que se deve levar em consideração que uma considerável parcela das famílias uberlandenses, não conseguem obter essa vaga para colocarem os seus filhos nas creches. Assim sendo, é claro que muitas mães chegam a levar os seus filhos pequenos para o seu local de trabalho, por falta de vagas nas creches públicas ou de condições financeiras para pagarem alguém para tomar conta dos seus filhos enquanto trabalham. Portanto, ou elas deixam de trabalhar ou resistem no dia-a-dia com uma tarefa árdua a fim de cumprirem seu propósito.

Há também, a questão das crianças menores de quatorze anos que trabalham também com o intuito de complementarem o orçamento familiar.

Ao transitarmos pelas ruas e avenidas verifica-se o excessivo número de crianças em idade escolar, vendendo balas, chicletes, bugigangas entre tantos outros, ou até mesmo lavando carros. Enquanto, deveriam estar aproveitando a infância brincando ou estudando.

Perante esta conjuntura, entende-se que os dados homogeneiza todos em um único patamar, não nos demonstra assim, as particularidades e especificidades que são bastante relevantes.

Neste mesmo sentido, torna-se significativo observarmos o gráfico a seguir:



Diante do exposto, esses dados permitem constatar que 52,36% das pessoas que residem no bairro Planalto estão empregadas. E 25,45% estão aposentados e ainda de acordo com os dados apenas 22,09% são desempregados, destes deve-se levar em consideração ainda os dependentes. Estes dados a primeira vista, indicam que o nível de desemprego é relativamente baixo.

Por outro lado, é preciso observar que dentre os trabalhadores que estão na ativa, inúmeros deles convivem com o subemprego, em condições de trabalho precárias, sem nenhum tipo de segurança, nem direito trabalhistas, bem como convivem com carga horária excessiva para conseguirem sobreviver.

É evidente, que este percentual está incluso a diversa categoria de emprego tais como: trabalho com carteira assinada, trabalho sem carteira assinada, bem como os militares e funcionários públicos estatutários. Fica claro, portanto, que estes dados não demonstram as reais condições de trabalho das pessoas que moram no bairro.

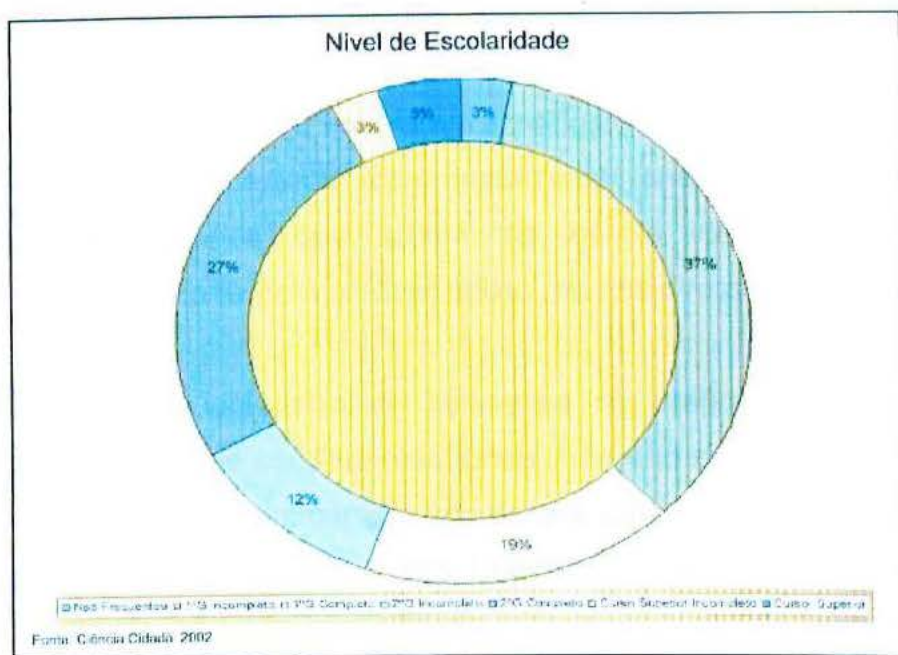
Verifica-se ainda que uma boa parcela dos trabalhadores que se enquadram como empregados, são trabalhadores autônomos, ou diaristas, os

quais podem ou não estar trabalhando. Uma vez que na maior parte das vezes trabalha um curto período de tempo e ficam uns longos períodos desempregados.

Em face do exposto, torna-se evidente que o número de desempregados pode ser bem maior. Além do mais, estar empregado não significa que tais famílias tenham uma boa qualidade de vida, pois podem trabalhar e mesmo assim conviverem em condições insalubres e indignas

Geralmente, nota-se que nesse bairro, não há muitas opções de lazer para os moradores. Ademais, observa-se através da renda familiar, que a grande maioria não possui um salário que lhes permitem usufruir algum tipo de lazer fora de casa, uma vez que tudo que se pensa em fazer tem que dispor de uma certa quantia em dinheiro. Isso faz com que as pessoas fiquem a maior parte do seu tempo livre assistindo televisão.

Já quanto ao nível de escolaridade, o gráfico a seguir é relevante:



Ao observar estes dados, eles nos permitem inferir que boa parcela dos moradores deste bairro possui apenas o primeiro grau incompleto. Em contrapartida 5% cursou algum curso de nível superior.

No entanto, é imprescindível uma análise acerca de como vivem as demais pessoas que não possuem um curso de nível superior. Pois mesmo quem consegue obter um certificado neste nível não tem a garantia de

conseguir um bom emprego e de obter ótimos salários, pois a atual conjuntura econômica do país, nem sempre possibilita uma ascensão social por esta via.

Neste sentido, tanto o bairro Planalto, quanto os demais bairros periféricos da cidade de Uberlândia não fogem à regra, quando relacionados ao quadro de precariedade na questão educacional.

Apesar do baixo número de analfabetos identificados no bairro, o que tende a corresponder a um percentual considerável de indivíduos alfabetizados. O nível de escolaridade dos moradores é considerado baixo, uma vez que é bastante grande a parcela dos que possuem apenas o primeiro grau incompleto.

Por sua vez, a maioria dos responsáveis, dos chefes de família do bairro Planalto, possuem apenas o primeiro grau incompleto. Entretanto, percebe-se que o baixo nível de escolarização, acompanha na maioria das vezes os reduzidos níveis de rendimentos.

Além disso, o ensino possível, não é o desejável, haja visto que os alunos precisam “resistir” as aulas, uma vez que estas não atendem aos seus interesses. Sendo assim, não encontram sentido social, mesmo com a idéia de tornar a escola pública em um local democrático, onde tanto os estudantes, quanto os funcionários que atuam na escola, teriam autonomia e principalmente liberdade para realizar ações, as quais fossem de interesse da maioria.

Porém, essa idéia não se concretiza na prática, na vivência das pessoas, haja visto que os dirigentes locais, não dão condições para que as mudanças se efetivem, bem como o fato de que uma parcela dos profissionais que atuam no ensino municipal em Uberlândia, especialmente na escola Professor Leôncio, não dão credibilidade a implementação da proposta Escola Cidadã.

Assim, a falta de motivação dos professores e demais funcionários também é um fator de entrave, para que a proposta se efetive, haja visto que as pessoas geralmente encontram dificuldades em aceitar tudo que é “novo”, uma vez que o novo mexe com os valores e os hábitos das pessoas.

Ademais, percebe-se que uma significativa parcela das famílias que moram no bairro Planalto são desprovidas do mínimo necessário para sua

sobrevivência, em face da distribuição de renda na nossa sociedade ser totalmente desigual.

Esta condição, por sua vez, faz com que os moradores dependam dos serviços públicos oferecidos pelo governo. Mas, entende-se que a qualidade social desses serviços deixa a desejar, sobretudo na área da saúde, moradia e educação.

Consequentemente o baixo poder aquisitivo das famílias uberlandenses, faz com que os moradores construam suas vivências, buscando ao longo de suas vidas suprir suas necessidades e alcançar suas expectativas. Para isto, eles lutam nos seus cotidianos com o poder público, rejeitando e recriando formas, com o intuito de não aceitarem as determinações dos dirigentes locais, na tentativa de efetivarem os seus direitos, uma vez que há um total descaso por parte deste.

Mas, é preciso levar em consideração que existe um campo de forças, de tensão, não só entre os profissionais da educação e o poder público, mas também, há conflitos internos tanto no bairro, quanto no espaço escolar.

Nesta perspectiva, o bairro também é um território de conflitos, haja visto que sua imagem é multifacetada, pois para alguns o bairro Planalto representa um local tranquilo e bom para se viver, mas para outros ele é violento e perigoso. Portanto, também é um lugar de lutas árduas e constantes por uma sobrevivência mínima, em péssimas condições de vida, na tentativa de conseguirem obter uma vida digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem a educação.

Bernardo Toro.

Até a concretização desta monografia houve um longo caminhar.

O contato com a pesquisa me propiciou compreender um pouco sobre as relações nas instituições de ensino, bem como sobre os conflitos, as contradições e as lutas travadas naquele ambiente, assim como nos demais, como na cidade e no bairro. Lutas estas que se dão de forma indireta, mas, no entanto, são reais, uma vez que faz parte do modo de viver dos indivíduos.

Contudo, o ambiente escolar também é um espaço propício para a amizade, o companheirismo, a busca da solidariedade e acima de tudo da sobrevivência.

Também pude entender que o município de Uberlândia possui infinitos contrastes, pois a população uberlandense convive no dia-a-dia com uma grande diversidade a qual se percebe no contraste que há entre aqueles que detêm o capital; em contraposição a maioria, a qual convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta.

No entanto, percebe-se também que nesse município há um discurso na tentativa de mascarar, de encobrir a realidade, ocultando os graves problemas sociais tais como: saúde, moradia, infra-estrutura entre tantos outros, os quais existem no cotidiano da maioria dos moradores. Dentro destes problemas a educação também se faz presente. Porém, os governantes, buscam dar um tom de suavidade em suas ações, implementando medidas com o intuito de fazer com que as pessoas lhes dêem credibilidade e confiança. Assim, está sendo implementada no setor educacional do município de Uberlândia a política do projeto Escola Cidadã. Apesar de seus pressupostos estarem ancorados em uma tradição antiautoritária, uma vez que possui princípios libertários e democráticos.

Porém, na verdade, nota-se que na prática as autoridades competentes que deveriam dar sustentabilidade a esta política, não se preocupam com isto.

Sendo assim, fazem discursos. Mas, no entanto, na realidade não oferecem as devidas condições para que as mudanças se efetivem.

No espaço escolar, constata-se diversos conflitos, os quais ocorrem por inúmeros motivos. Daí que, as relações conflituosas estabelecem-se dentro e fora daquele local, uma vez que este influencia e é influenciado pelas relações externas, as quais se dão no bairro e na cidade, no país. Ademais, as experiências de cada um estão permeadas de vontades, de aflições, de desejos e de lutas em prol da sobrevivência.

Nessas relações pude perceber que os professores culpam a família e os alunos pelas dificuldades encontradas no cotidiano da sala de aula, bem como culpam também as autoridades competentes. Inclusive observando o descaso deste perante o ensino, reportando para a falta de investimentos no setor educacional.

Enquanto os pais, na maioria das vezes acreditam que estão cumprindo com o seu papel de educar os filhos. No entanto, a sobrevivência, a luta diária a qual a maioria da população brasileira enfrenta é um fator de entrave, uma vez que os impossibilitam de uma participação efetiva no âmbito escolar. Além disso, observa-se também que os trabalhadores, pais dos alunos que estudam nas escolas públicas também responsabilizam os órgãos públicos pela má qualidade do ensino.

Só que, deve-se levar em consideração que o problema é mais abrangente, pois olhando por este viés, o governo fica com toda a responsabilidade perante tal situação, encobre-se assim, a responsabilidade dos professores e da comunidade; uma vez que há conflitos submersos, os quais dão-se entre a comunidade escolar e a escola, entre a escola e a comunidade escolar, entre os professores e os alunos, entre os alunos e os professores, entre professores e professores, bem como entre alunos e alunos. Contudo, mesmo se houvesse um maior investimento no setor educacional, haveria outros conflitos, os quais não poderiam ser solucionados com as verbas do governo. Sendo assim, as expectativas das pessoas não seriam totalmente satisfeitas.

Com certeza vivemos um tempo de crises, de dúvidas e de mudanças. E a política neoliberal acentua essas transformações, principalmente nos países subdesenvolvidos, uma vez que esses países não possuem uma economia

forte, tornam-se assim, susceptíveis aos dismantelamentos dos detentores do poder.

Dentro da ótica neoliberal a educação é vista como empresa produtora de serviços para o mercado de trabalho. Nesta perspectiva, as pessoas têm que competir no mercado. Joga-se assim, a responsabilidade do sucesso ou do insucesso no próprio indivíduo, o que antes era coletivo passa a ser individual, individualiza-se também os ganhos e as perdas. E o pior é que o discurso tenta colocar isso como sendo algo natural.

Tal política reflete nas experiências das pessoas, nos precários modos de vida dos trabalhadores, os quais tentam adequar-se, criando estratégias de sobrevivência diante dos péssimos serviços públicos oferecidos a eles.

Diante dessa conjuntura histórico-social, percebe-se que até mesmo a renda deixa de ser a do chefe da casa, a qual torna-se a renda da família, uma vez que a maioria necessita trabalhar para ajudar no sustento do lar. Daí que, mesmo com um maior número de pessoas trabalhando, isto não lhes garante uma sobrevivência digna.

Sendo assim, travam uma batalha cotidianamente, a fim de adquirirem direitos sociais, recriando e reelaborando formas e táticas dentro de relações de convívio, as quais estão permeadas de ações e sentimentos.

Assim, ao resgatar as contradições, as vivências e experiências das pessoas que contribuíram com este trabalho. Contribuo também de certa forma, no sentido de trazer para a discussão acadêmica as expectativas, os sonhos e os desencontros tanto da comunidade escolar, quanto dos alunos e dos professores.

Assim, através da dinâmica das relações sociais, nota-se as singularidades, as especificidades de cada indivíduo; interligando às políticas implementadas tanto pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, quanto as políticas mais abrangentes, as quais se desembocam no neoliberalismo.

Nesse sentido, as fontes orais tiveram uma imensa contribuição, pois foi esta, enquanto fonte, que suscitou considerável parte das reflexões apresentadas.

O trabalho com a fonte oral é bastante rico. Este foi fundamental nesse caminhar. Porém, ele exige muita habilidade, uma vez que lida com sujeitos

reais, donos de suas vontades, de seus desejos, de suas angústias e aflições, bem como de suas expectativas.

As dificuldades ao longo desse percurso, com as quais tive que lidar foram diversas. Desde a transcrição das fitas até a ausência de um micro computador, os quais também foram fatores de entrave.

Mas, esta foi uma pesquisa que me propiciou uma experiência por demais gratificante. Ela me possibilitou a construção de estratégias para conseguir concluir este trabalho dentro do prazo pré-estabelecido. Ademais, pude estabelecer no exercício do trabalho, um diálogo entre a teoria e a fonte documental. Isto foi bastante significativo para o meu desenvolvimento.

Durante a trajetória dessa pesquisa algumas questões tornaram-se preponderantes em relação a outras, pela assiduidade que apareceram nos relatos, bem como pela problemática em questão a qual me identifiquei com as convivências.

Nessa trajetória, outras questões relevantes foram dialogadas com os autores. Estas são, sem sombra de dúvidas, bastante significativas, visto que propiciaram indícios para a compreensão do objeto.

Também, com certeza as observações da banca examinadora irão propiciar uma reflexão crítica sobre o tema, apontando novos caminhos, novos rumos a serem seguidos, numa forma de contribuição em prol do entendimento e da compreensão do objeto, observando-se assim, as diversas lacunas existentes em todo o processo. Dessa forma, muito ficou a desejar, uma vez que este é apenas mais um dos caminhos possíveis de serem trilhados.

FONTES ORAIS

Adalto de Souza Borges – Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 23 de abril de 2003.

Adejair Pereira Freitas – Motorista, entrevista realizada em 10 de maio de 2003.

Ana Beatriz Cardoso – estudante, entrevista realizada em 17 de março de 2003.

Ana Paula Abrantes – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 25 de maio de 2003.

Aparecida Andrade Dantas – Vendedora, entrevista realizada em 09 de junho de 2003.

Beatriz Alves Santana, Professora de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

Célia de Araújo – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

Cleber Rocha Pimenta – estudante, entrevista realizada em 16 de março de 2003.

Cristina Aparecida Aleixo – Professora de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

Débora Batista da Silva – Supervisora Escolar, entrevista realizada em 17 de março de 2003.

Diego Cunha Mendonça – estudante, entrevista realizada em 20 de abril de 2003.

Dirce Maria Gonçalves – Cabeleireira, entrevista realizada em 24 de maio de 2003.

Edileuza Maria dos Santos – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2003.

Eleusa Andrade Silva – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

Elisânia Martins Gomes – Professora de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 13 de maio de 2003.

Fábio Silveira Borges – Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 27 de maio de 2003.

Francisco Mendes Teodoro – Mecânico, entrevista realizada em 17 de abril de 2003.

Gabriela Silva Moura- estudante, entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2003.

Henrique José de Freitas – Professor de 5ª a 8ª série , entrevista realizada em 15 de março de 2003.

Jhonathan Lima Dias – estudante, entrevista realizada em 20 de abril de 2003.

Júlia Fernandes Oliveira – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 17 de março de 2003.

Lucélia Dias Almeida – Professora de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 14 de março de 2003.

Luiz Brito Albuquerque - Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 19 de fevereiro de 2003.

Marco Antônio de Brito – Auxiliar de Serviços Gerais, entrevista realizada em 23 de abril de 2003.

Marcos Henrique de Souza – Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2003.

Maria Conceição de Oliveira – Do lar, entrevista realizada em 13 de abril de 2003.

Neusa da Silva Gales – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 18 de maio de 2003.

Osvaldo de Andrade – Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 15 de março de 2003.

Patrícia Costa Franco – estudante, entrevista realizada em 14 de março de 2003.

Renan Rocha Lima – Autônomo, entrevista realizada em 25 de março de 2003.

Rita Cardoso de Melo – Orientadora Educacional, entrevista realizada em 20 de abril de 2003.

Rodrigo Barcelos – Professor de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 28 de maio de 2003.

Rosa Maria Gonçalves – Professora de 5ª a 8ª série, entrevista realizada em 26 de maio de 2003.

Vânia Lopes – Professora de pré a 4ª série, entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2003.

FONTE OFICIAL

BRASIL, República Federativa do Brasil. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Artigo 227. **Constituição Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, Lei de nº 9394 de 1996 que traça diretrizes e bases para o sistema de ensino nacional. Promulgada em 20/12/96. Brasília/DF: Editora do Brasil S/A. (LDBEN).

OUTRAS FONTES

✓ Imprensa:

➤ Jornal de Uberlândia

- ◆ Jornal Correio de Uberlândia. “Uberlândia sem desemprego e sem crise”. 07 de abril de 1981.
- ◆ Jornal Correio de Uberlândia. “A instrução primária em Uberlândia”. 14 de dezembro de 1950.
- ◆ Jornal Correio de Uberlândia. “Escolas municipais”. 07 de julho de 1951.

➤ Revista:

- ◆ Revista Veja. “Crise à distância”. 18 de novembro de 1987.
- ◆ Revista Veja. “O grande desafio”. 11 de abril de 2001.

➤ Pesquisas:

- ◆ LEME, H. J. de C., NEDER, H. D. (coord.) **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia, novembro 2001, (mimeo). (pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia).

- ♦ LOPES, Wanderley David. (coord.) A questão da Segurança Pública no Bairro Planalto. In: **Anais do Projeto Ciência Cidadã**. Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia/Prefeitura Municipal de Uberlândia. 2002.
- ❖ Equipe Escolar; Conselho Escolar (org.). **Regimento Escolar**, Escola Municipal Professor Leôncio do Carmo Chaves. Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Uberlândia. (40ª superintendência Regional de Ensino). 2003.

Sites:

- ♦ www.uol.com.br/datafolha,2002.
- ♦ www.paulo_freire.org.2002.
- ♦ www.ghmpalafox@aol.com

BIBLIOGRAFIA

ALGARTE, Roberto. **A escola e desenvolvimento humano: da cooptação política à consciência crítica**. Brasília: Ed. Livre, 1994.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Trad. Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CODO, Wanderley. **O que é alienação**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (coleção primeiros passos).

FLECHA, Ramón e TORTAJADA, Iolanda. Desafios e saídas educativas na entrada do século. In: IMBERNÓN, Francisco. (org.). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 23ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação e a profissionalização do educador: novos desafios. In: - et alli. (org.). **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional brasileiro**. Brasília, D.F.: CNTE, 1996.

_____. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. In: - (org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (guia da escola cidadã; v.1).

_____. **Escola Cidadã**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época; v.24).

GENTILI, Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. In: (org.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. A desordem neoliberal. A violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: - et alli (org.). **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 8ª ed. 2001.

_____. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: et alli. (org.). **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional brasileiro**. Brasília, D.F.: CNTE, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KHOURY, Y. A. Narrativas Orais na Investigação da História Social. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, nº 22, jun. 2001.

MARSON, Adalberto. Reflexos sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos. (org.). **Repensando a História**. São Paulo, Marco Zero, 1985.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. "Pesquisa e Ensino". In: **História: Pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MORAIS, Regis de. – et alli (org.). **Sala de Aula, que espaço é esse?** 5ª ed., Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia, 1970-2000**. In: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia. 2002.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (guia da escola cidadã; v,7).

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história Oral diferente**. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: CEDIC-PUC/SP, mimeo. 1995.

_____. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo. Rio de Janeiro, vol. I nº 2, 1996.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 1999. (guia da escola cidadã; v.2).

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (coleção primeiros passos).

SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral". In: **Revista Brasileira de História**. História em Quadro Negro: Escola, Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, nº 19, 1990.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

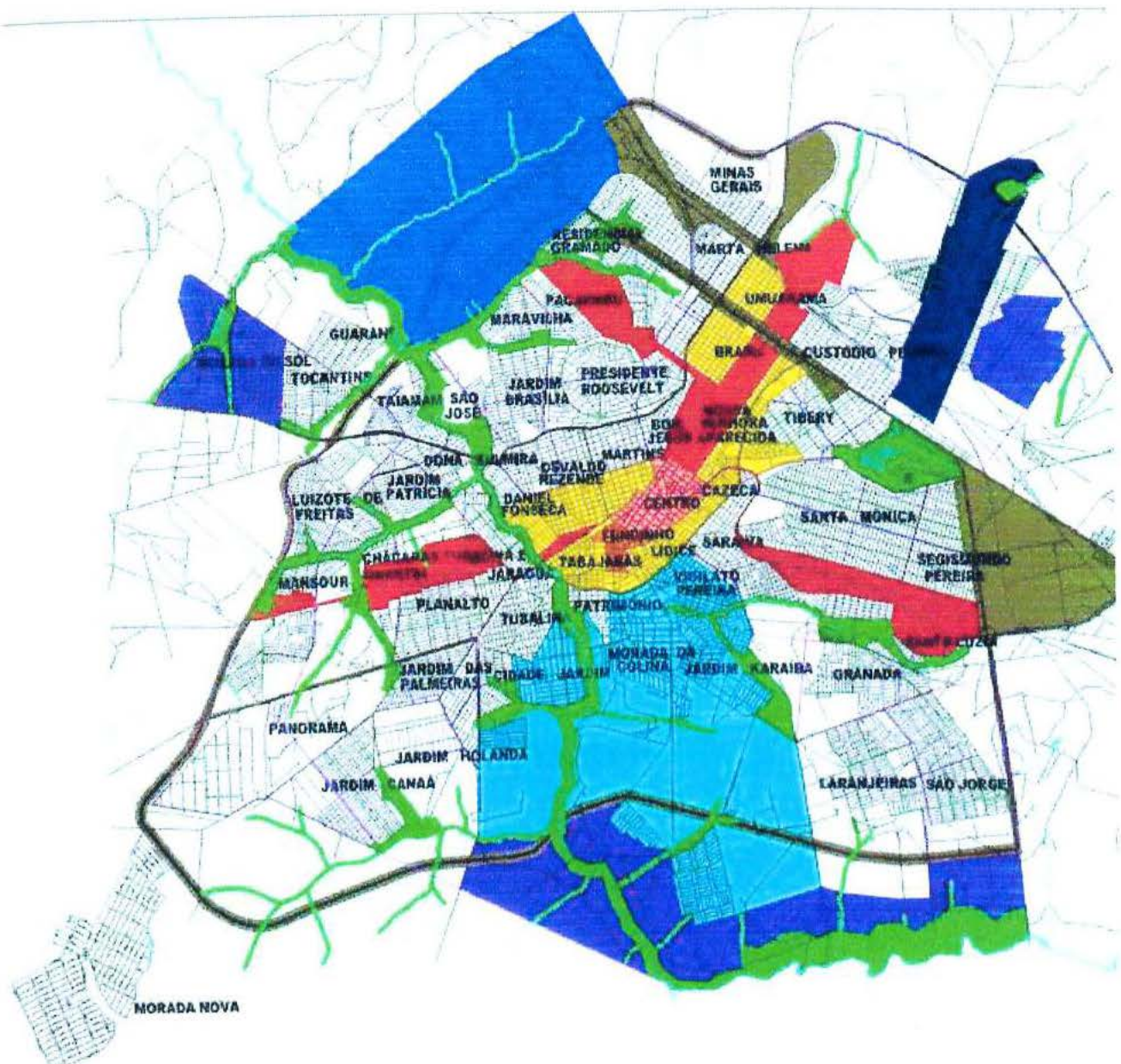
THOMSON, Alistair. "Desconstruindo a Memória. Questões sobre as relações da História Oral e da Recordação". In: **Trabalho para a Conferência Brasileira de História Oral, "História Oral e Ética"**. Outubro de 1995.

_____. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as Memórias**. In: **Projeto História**, São Paulo, abril de 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar A., PEIXOTO, Maria do Rosário C. , KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

Anexo I

Mapa da cidade de Uberlândia: Com o bairro que foi referido neste trabalho.



Anexo II



QUADRO DE REFERÊNCIA – ESBOÇO – P.P.P - RME/UDI

